



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO

Ata da 86.^a Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Data: 19 de abril de 2012, às 09:00 horas
Local: Auditório SEST/SENAT
Rua Martin Cypriem, 1.100 – Bairro Bela Vista – Divinópolis/MG

1 Conselheiros presentes: Luciano Junqueira Melo, Presidente Suplente da URC Alto São
2 Francisco; Túlio Pereira de Sá, representante da Federação das Indústrias do Estado de
3 Minas Gerais – FIEMG; Camilo de Lélis André Melo, representante da Federação das
4 Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas
5 Gerais – FEDERAMINAS; Marcos Antônio Ferreira Veloso, representante do Conselho
6 Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais – CREA; Marcelo
7 Ferreira Guimarães, representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
8 Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Francisco de Assis Braga, representante
9 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES; Edélcio José
10 Cançado Ferreira, representante Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de
11 Minas Gerais – FAEMG; Dirceu de Oliveira Costa, representante Conselho Municipal
12 de Meio Ambiente – Codema – Pains; Leandro Wili, representante Ministério Público;
13 Roberto Soares Nogueira, representante Comitê da Bacia Três Marias; Anaximandro
14 Lourenço Azevedo Feres, representante Pontifícia Universidade Católica – PUC Minas
15 – Arcos/Divinópolis; Neiva de Castro Moreira, representante da Secretaria de Estado de
16 Desenvolvimento Econômico - SEDE; Gilberto da Silva, representante Secretaria
17 Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU; Marcos Antônio
18 Vilela, representante Grupo Ar; Lessandro Gabriel Costa, representante Associação
19 Ambientalista Alto São Francisco, Lagoa da Prata; Rodrigo César Silva, representante
20 da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; José Paiva de Carvalho, representante do
21 Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A reunião foi presidida pelo superintendente
22 da Superintendência de Regularização Ambiental Sul de Minas, Luciano Junqueira
23 Melo e deu início a reunião às 8 horas e 30 minutos com a execução do Hino Nacional.
24 – **Item 1 - Execução do Hino Nacional Brasileiro. - Item 3. Comunicado dos**
25 **Conselheiros. – Edélcio Ferreira – Representante FAEMG** – Comentou que durante a
26 apresentação não foi mostrado nenhum slide sobre a agricultura e a pecuária do Brasil.
27 *“Eu gostaria de sugerir ao sistema que não discriminasse o setor rural, porque ele*
28 *representa 30% dos empregos em Minas Gerais, representa quase que 25% do PIB do*
29 *Estado. É responsável pelo saldo da balança comercial brasileira. Eu acho que é um*
30 *segmento extremamente importante para na hora da execução do Hino Nacional, ter,*
31 *pelo menos uma imagenzinha, micro que seja, do que é o nosso segmento.” – Camilo de*
32 *Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS* – Concordou com o conselheiro e
33 sugeriu que fosse elaborada uma moção sobre o assunto. *“Eu gostaria de concordar*
34 *com a palavra do nobre conselheiro e me parece que isso pode ser pedido uma moção*
35 *para pedir ao secretário que mude ou que acrescente esse detalhe que o senhor pediu.*
36 *Senhor presidente, só complementando aqui. Gostaria de cumprimentar ao Paiva que*
37 *está aqui do meu lado. Um excelente profissional, funcionário de carreira do IMA e*



38 com certeza, vai acrescentar muito para o nosso conselho. Para você, Paiva, as boas
39 vindas.” Cumprimentou os novos conselheiros que participavam da reunião. - Luciano
40 Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Deu as boas vindas
41 aos novos conselheiros, Dr. Leandro Wili, conselheira Neiva e conselheiro Gilberto. –
42 Anaximandro – Representante PUC Minas Arcos – Comentou sobre uma denúncia que
43 fez em relação ao empreendimento Lagos Indústria Química, sediada no bairro de
44 Calciolândia, no Município de Arcos, solicitando à SUPRAM que fizesse uma
45 fiscalização a respeito de um problema sobre barulho. “A SUPRAM foi lá, o Diogo e o
46 Jorge não negaram esforços para levar efeito essa fiscalização na empresa. Inclusive, a
47 empresa veio hoje para se defender. Assim, me procuraram pedindo a palavra para que
48 explicassem suas razões aqui para esse conselho. Não é um processo pautado, porque
49 foi um fato isolado. Eu gostaria com a devida vênia e permissão dos demais colegas
50 que o corpo técnico da SUPRAM e também a empresa se pronunciassem sobre essa
51 minha fala, exatamente para garantir o direito de defesa deles reafirmando a seriedade
52 e o compromisso desse conselho não só com a sociedade, mas também com a
53 legalidade.” – Diogo – SUPRAM ASF – “Bom dia! Foi realizada a vistoria dia 10/04
54 desse mês. A empresa confirmou que no mês de janeiro houve problemas sim de ruídos.
55 Foi na caldeira. Em cima dessa vistoria nossa, nós fizemos uma vistoria geral na
56 empresa. O processo está só que em análise, porque está em informação complementar.
57 Precisa complementar algumas coisas que estão só com seus devidos lugares e tempos
58 estão acontecendo certo. Sobre o ruído. A empresa confirmou mesmo que houve um
59 problema na caldeira. A pergunta que nós fizemos a equipe no local é. Caso haja
60 novamente outro problema na caldeira o que acontecerá? Ele nos deu a explicação
61 técnica e está aqui hoje para tentar explicar para todo o conselho. Realmente,
62 acontecem várias vezes ao dia, porque é um sistema de descarga de fundo. Só que nesse
63 dia teve problema na caldeira mesmo durante umas 4 a 5 vezes ao dia por alguns
64 segundos há descargas de fundos porque senão há problema na caldeira. Sobre esse
65 problema que aconteceu que foi um fato isolado no sistema de produção, a empresa
66 está aqui para se defender. Sobre as outras situações ambientais, o processo está em
67 análise e a empresa está tomando as devidas medidas. Sobre o material particulado a
68 empresa apresentou todos os seus monitoramentos e estão dentro dos padrões pela
69 legislação estabelecida.” – Helena Magno – Representante da empresa – “Senhores
70 conselheiros, bom dia. Presentes bom dia. Helena Magno, Gerente da Lagos Indústria
71 Química, situada em Calciolândia, bairro de Arcos. Gostaria de ler o teor da ata da 84ª
72 Reunião do COPAM onde o conselheiro Anaximandro comentou sobre o problema
73 ocorrido na Lagos. Conteúdo da ata. No segundo comunicado não é, senhor
74 Presidente, acho um dos melhores, mas eu gostaria de pedir ao pessoal da área de
75 fiscalização, senhor Presidente que verificasse a situação da Lagos Indústria Química
76 em Arcos especialmente no distrito de Calciolândia. Fomos corrigidos aqui que é
77 bairro de Arcos, apesar da distância. Tenho familiares em Calciolândia. Estava lá
78 nesse último final de semana, reiteradamente sou instado a trazer a este conselho uma
79 série de reclamações daquela comunidade ao que tange o barulho e o lançamento de
80 particulados feitos pela indústria. Desde a instalação da empresa em 2003, 2004, claro
81 que ela situava era uma empresa de laticínios da Nestlé. Ficou parada durante alguns
82 anos e o empreendimento Lagos ocupou as instalações, fez as suas modificações dentro
83 dos processos e daquela calma toda restou uma modificação com uma atividade
84 industrial que traz tanto benefício quanto alguns problemas que devem ser tratados e
85 corrigidos. As reclamações que ocorreram durante todo esse período foram tratadas



86 diretamente com os reclamantes. Nós temos um processo de gestão instalado. Nós
87 solicitamos o direito de defesa. Algumas vezes não tivemos este respaldo. Convidamos
88 o reclamante a conhecer nosso processo industrial para que ele verificasse que nós não
89 tínhamos certos problemas que ele alegava como moinhos, como filtros que eram
90 abertos durante o final de semana que ele reclamava e a emissão de particulados. Nós
91 fazemos o monitoramento conforme o processo da FEAM e estamos muito, muito
92 abaixo dos limites de tolerância. Dos limites especificados. Haja vista que no limite de
93 150 miligramas por nanômetro cúbico os limites nossos estão, hoje, abaixo de 40
94 miligramas por nanômetro cúbico. Podemos melhorar? Podemos. Isso nós falamos que
95 com o reclamante. Tanto é que no início do nosso processo nós tínhamos um lavador de
96 gás, os gases que retiravam os particulados das caldeiras cujo CO₂ não é emitido para
97 a atmosfera porque ele é nossa matéria prima. Esse particulado tem que ser totalmente
98 retirado, porque causa problema no nosso processo industrial. Foi apresentado isso.
99 Posteriormente, nós alteramos esse processo de lavagem de gases. Colocamos um
100 filtro. Hoje, nós podemos garantir limites de particulados abaixo de 40 miligramas por
101 nanômetro cúbico. Isso foi apresentado aos fiscais da FEAM, COPAM. Eles puderam
102 ver durante todos esses anos esse monitoramento. Isso, nós, infelizmente, não podemos
103 apresentar a quem reclamou, porque ele se dispôs a ver essa documentação e
104 conhecer o processo produtivo. Há alguns anos atrás, houve reclamação, essas
105 reclamações advêm de duas partes. Vizinhos. Um fica de um lado da rodovia e o outro
106 ao lado da fazenda. O da fazenda nós nos propusemos demonstrar a eficiência do nosso
107 processo instalando um sistema de coleta de particulados e negociamos com o
108 reclamante colocar no jardim dele. Depois de negociado a instalação desse
109 equipamento ela desautorizou a instalação, mas a emissão de particulados contida nos
110 relatórios garante que a empresa atende aos limites estabelecidos pela legislação.
111 Sobre ruído. Continuando sobre particulados. Quem passa pela rodovia. Particulados.
112 Quem passa na rodovia, vê a sua esquerda sentido Iguatama, Bambuí a emissão de um,
113 digamos um vapor de água que sai dos nossos secadores e a pessoa pode até imaginar
114 que aquilo é poluição. Aquilo é vapor de água oriundo dos secadores e nesse vapor sai
115 os particulados que foram mencionados aqui que estão dentro dos limites. Quanto a
116 particulados encerro. Sobre ruído. Nós fazemos o monitoramento interno. Contratamos
117 também empresas para fazer fora do processo da FEAM, porque parece que não foi
118 colocado isso. Medições da circunvizinhança. Os limites estão dentro do estabelecido
119 pelas normas para período noturno e diurno. O processo industrial tem problemas. Nós
120 trabalhamos com caldeira de biomassa. Nesse dia em que foi constatado o ruído nós
121 tivemos um problema em que uma válvula de segurança da caldeira, caldeira número
122 403, destravou e começou a soltar um vapor e um ruído, realmente que incomodava
123 bastante. O reclamante ligou na minha casa. Isso foi num domingo. Eu disse a ele que
124 verificaria o que estava acontecendo na fábrica de minha residência e retornaria. Ele
125 até falou, não precisa retornar não. Faço questão. Liguei na fábrica, me informaram o
126 que estava acontecendo, que o pessoal da manutenção estava tentando fazer com que
127 essa válvula de segurança funcionasse e caso não conseguissem iam ligar a caldeira
128 reserva, caldeira que fica em stand by. Isso foi o que ocorreu. Como trabalhamos com
129 caldeira de biomassa, o processo não é imediato de correção, porque você tem calor na
130 caldeira durante a queima da lenha remanescente. Assim que o pessoal verificou que
131 não havia condições de consertar esse sistema ligaram a caldeira reserva. Tão logo ela
132 entrou em operação a outra caldeira foi desligada e o objeto do ruído controlado. O
133 equipamento foi enviado para manutenção fora do Estado de Minas Gerais. Foi



134 *reinstalado em condições normais de operação. Temos problemas na caldeira como a*
135 *caldeira de biomassa. Se faltar energia na fábrica, der um pique de energia os*
136 *secadores param, as válvulas de segurança abrem, a caldeira é deixada de ser*
137 *alimentada e até que essa biomassa queime, infelizmente tem uma emissão de ruído. Ele*
138 *começa alto e vai diminuindo. Isso é um problema industrial. Infelizmente pelos*
139 *problemas, pelas condições que ocorrem ele pode repetir. Se alguém for perguntar se*
140 *esse problema que ocorreu nesse domingo aconteceria novamente não posso afirmar*
141 *que não ocorreria, mas que todo o processo de manutenção é feito diariamente, o*
142 *processo de preventivas, preditiva. O trabalho nosso é para que esses problemas sejam*
143 *eliminados ou minimizados.” – Marcos Vilela – Representante GRUPO AR –*
144 *Questionou sobre a questão de falta de energia para a caldeira. “Tem um sistema na*
145 *caldeira injetor a vácuo, justamente para substituir a bomba elétrica na alimentação da*
146 *caldeira na ausência de energia. Não existe esse sistema na caldeira de vocês não? É*
147 *um dispositivo de segurança também. Justamente na falta de energia. Esse injetor vai*
148 *fazer o abastecimento da caldeira. O abastecimento de água. É o sistema que era usado*
149 *em locomotiva a vapor.” – Não identificou – Respondeu: “Não, mas olha para você ver,*
150 *o problema de abastecimento de água nós não temos problema com isso. A água nossa*
151 *é abastecida tanto por gravidade quanto bomba. Falta de energia pode ocorrer de um*
152 *pique ou de algum período maior, mas nós temos que abrir as linhas de vapor para*
153 *esgotar a biomassa que está na caldeira ainda sendo queimada. Isso o que você disse,*
154 *com certeza deve existir, mas não dessa forma. Todos os processos estão controlados e*
155 *tem profissionais competentes.” – Não identificou – Esclareceu que “Se faltar energia e*
156 *faltar água, às vezes, a caldeira, num primeiro momento, ela nem vai explodir, ela vai*
157 *implodir. Processo de caldeira na ausência de água ela começa a murchar. Você*
158 *entendeu? Essa questão que eu estou falando de segurança. Esse injetor é fundamental*
159 *numa caldeira. A queima de qualquer sistema de combustível. Tem que existir.” – Não*
160 *identificou – Esclareceu ainda: “Para injeção de água nós não temos problema. Na*
161 *falta de energia por um período lapso ou temporal ou um período maior de água nós*
162 *não temos problema. Isso é questão de segurança como o senhor mesmo disse.*
163 *Problema nosso é queima da biomassa existente na fornalha que deve ser consumida e*
164 *o vapor que não está indo para os secadores tem que sair para a atmosfera. Isso ocorre*
165 *não todo dia. Eu até gostaria de pedir desculpas ao Diogo, técnico da FEAM se entre*
166 *as nossas conversas houve algum ruído. A caldeira nós damos descargas contínua. Elas*
167 *trabalham, o sistema trabalha com o supervisor. Toda fábrica tem um sistema que*
168 *gerencia o processo e as descargas são pelo sistema supervisor. Essa descarga não*
169 *gera ruído. O ruído é de algum problema de parada de secador que a quantidade de*
170 *vapor necessária reduz, a caldeira tem que modular e fazer a liberação de vapor para a*
171 *atmosfera.” – Anaximandro – Representante PUC Minas Arcos – Esclareceu sobre a*
172 *questão do conflito: “O que a vizinhança reclama e ele cita muito. Um reclamante*
173 *especificamente é meu sogro, mas eu converso com outras pessoas da região. Por isso*
174 *que eu nunca trouxe o problema exatamente por ser o meu sogro, a partir do dia que eu*
175 *vivenciei especificamente a questão do ruído. Eu estava lá. A minha fala é muito clara,*
176 *falando que eu estava lá, por isso que eu peço. Há um problema de particulado como o*
177 *Heleno fala. Eu não estou duvidando da fala dele, jamais. Conheço. Foi meu aluno,*
178 *inclusive no curso de Direito. Os monitoramentos deles estão todos ok, mas há um*
179 *problema recorrente de ruído. Diante dessa fala dele, de uma eventual manutenção da*
180 *caldeira, eu me recordo aqui do problema daquela usina de resíduos hospitalares em*
181 *Iguatama. Queria recomendar a equipe técnica da SUPRAM que na análise do*



182 *processo sugira para que nós, eventualmente se isso passar por aqui, se nós*
183 *esquecermos por algum motivo, a instalação de um gerador em stand by porque se*
184 *faltar energia e em Calciolândia falta energia bastante, isso é recorrente lá. Se faltar*
185 *energia a empresa tem um gerador que possa suprir as sua caldeira e ela não precisa*
186 *fazer descarga, exatamente para reduzir eventualmente existência desse barulho que*
187 *realmente incomoda a vizinhança.” - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da*
188 *URC Alto São Francisco – Concluiu: “A caldeira, o barulho, o ruído é livre da caldeira*
189 *no momento em que você está desligando ela para fazer o stand by ou na manutenção.*
190 *Isso não é em função da falta de energia.” – Não identificou – Esclareceu: “Nós temos*
191 *várias situações. A falta de energia é um. Tem que consumir essa biomassa. Se houver*
192 *algum problema em um dos secadores, o consumo do vapor daquele momento reduz.*
193 *Tem que haver a equiparação entre produção e consumo e o excedente tem que sair*
194 *para algum lugar. São pontuais. Não é diário. Isso, como mesmo o reclamante me disse*
195 *nesse telefonema há muito tempo não ligo para você, porque não tenho tido problemas.*
196 *Isso já fazia mais de 5, 6 meses que não me ligava. Opção do gerador quem disse?*
197 *Gerador. Infelizmente nós não podemos ter um gerador para um equipamento só. A*
198 *caldeira se tiver um gerador eu vou ter uma produção de vapor, mas se a fábrica não*
199 *estiver consumindo o gerador produzido, além do desperdício e das questões*
200 *ambientais vou estar jogando esse vapor fora. O processo mesmo é parar, deixar que a*
201 *pressão caia, vapor para atmosfera e equilibra todo o processo. Isso é o que tem que*
202 *acontecer. Gerador tem que ser gerador para toda a fábrica.” – Marcos Vilela –*
203 *Representante Grupo AR – Sugeriu: “E se colocar um sistema de acumulador para*
204 *poder pegar esse vapor excedente e acumular ele em um recipiente de uma forma que*
205 *depois ele pode ser liberado, controlado para não provocar ruído? Um abafador, um*
206 *sistema de abafador. Eu acho que está faltando um pouco também de interesse da*
207 *empresa de entender melhor o funcionamento do que está acontecendo lá para poder*
208 *providenciar algum sistema, adaptar alguma coisa lá para resolver o problema. Eu*
209 *acho que esse problema não é um problema muito difícil de ser resolvido não. Está*
210 *faltando também um pouco de interesse da empresa junto à comunidade local para*
211 *poder resolver isso. Como você pode ter um sistema de produção de vapor se você não*
212 *tem o controle dessa produção de vapor? Na hora que você necessita desse vapor*
213 *acumula pressão na caldeira e é descarregado aleatoriamente na atmosfera*
214 *provocando ruído. Eu acho que o único interesse muito grande. Se houver algum*
215 *problema no choque de pressão na hora de vocês pararem de consumir, adequarem o*
216 *lançamento de vapor, retornar para a caldeira e a caldeira não tiver de certa forma*
217 *dentro da segurança travando uma válvula de descarga, travando alguma coisa lá*
218 *vocês vão ter um problema sério. Porque isso, pelo que eu estou vendo, é uma operação*
219 *que frequentemente vocês estão fazendo ela. (inaudível) diminui, descarrega na*
220 *atmosfera e depois o consumo retorna a vocês, retorna consumir vapor numa pressão*
221 *estável. De repente essa pressão sobe de novo. Abre válvula para descarregar essa*
222 *pressão. É um processo complicado. Eu acho que está faltando segurança aí.” – Não*
223 *identificou – Discordou do conselheiro: “Aceito a sua colocação, mas discordo. O*
224 *processo é automático. As situações que ocorrem são pontuais. O sistema trabalha no*
225 *equilíbrio. Ele é gerenciado por supervisorio. Trabalha sob pressão controlada e as*
226 *variações quando ocorrem são coisas que não são previsíveis. Pontuais, distantes, não*
227 *ocorrem todo dia, não ocorrem toda hora. Isso são pontuais e distantes um do outro. O*
228 *processo é esse. Temos acumuladores de vapores. Nós minimizamos ao máximo.” –*
229 *Camilo de Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS – Solicitou ao*



230 presidente para deixar a discussão para os técnicos e a empresa. “*Parece que a empresa*
231 *tem licenciamento. Os técnicos nossos estão acompanhando. Eu acho que esse assunto*
232 *deveria ser discutido primeiro entre os técnicos e empresa. É uma empresa séria. Essas*
233 *caldeiras nós já tivemos a oportunidade de ver aqui licenciamento delas. Essa*
234 *manutenção é rigorosa. Eu acho que esse assunto, ele já deu a explicação dele. Eu até*
235 *fiquei satisfeito, porque quando nós passamos lá é uma poeirada danada, mas está*
236 *dizendo que é vapor e as medições estão certas. Então, vamos que é vapor. Essa*
237 *questão técnica deixa para discutir na época oportuna.” - Luciano Junqueira Melo -*
238 *Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Agradeceu ao empreendedor e*
239 *informou que o tema será debatido quando do licenciamento. “O processo de vocês será*
240 *deliberado nesse conselho. Nós vamos retomar essa discussão já com a SUPRAM tendo*
241 *mais conhecimento do processo e você tendo a oportunidade e expectativa dos anseios*
242 *desse conselho. Principalmente no que diz respeito ao funcionamento da caldeira.” –*
243 *Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de*
244 *Três Marias – Sugeriu o enclausuramento do equipamento. “Se você tem um*
245 *equipamento que está provocando impacto, incomodando a vizinhança e você não pode*
246 *abrir mão dele, simples. Enclausura. É o processo que todo mundo usa para tirar ruído*
247 *de equipamento que não pode ser retirado. Enclausuramento é simples. Não é coisa de*
248 *custo que vai fechar sua empresa e você resolve o problema. Vai ter vizinhos que vão*
249 *estar satisfeitos com a sua empresa ao invés de ficar reclamando.” – Não identificou –*
250 *Finalizou: “Na ata onde foi colocado isso. Falou de diversos FOB’s abertos. Realmente*
251 *existem esses FOB’s. São de uma jazida que se encontra em Pains cuja a negociação*
252 *com o superficiário para definição da área de reserva legal está complicada. Os*
253 *FOB’s, infelizmente venceram alguns. Não diz respeito ao processo da unidade*
254 *industrial de Calciolândia. Muito obrigado pela oportunidade.” - **Item 4. Exame da***
255 ***Ata da 85ª RO de 15/03/2012.** – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de*
256 *Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Solicitou correções: “Linha 716 está*
257 *escrito condicionante 2 e é condicionante 12 que foi excluída. Eu gostaria de protestar*
258 *contra a censura que foi imposta à minha manifestação nos itens 10.1 e 10.3. As minhas*
259 *manifestações não constam na ata. Eu me sinto censurado. São aqueles processos de*
260 *revalidação de licença das cerâmicas em que eu me manifestei, me indispondo contra o*
261 *indeferimento e mostrando as razões e tal. No final a 10.3, inclusive, eu repeti que*
262 *gostaria de manifestar as mesmas alegações minhas do 10.1. Fui censurado. Não*
263 *consta da ata. Gostaria de protestar.” – Paula – SUPRAM ASF – Sugeriu baixar em*
264 *diligência: “Se não houver impedimento por parte dos outros conselheiros e se*
265 *realmente for necessário e o Roberto quiser, eu acredito que nós podemos baixar em*
266 *diligência e trazer na próxima reunião já verificando com a empresa que redigiu essa*
267 *ata o que aconteceu que houve esse erro e trazendo a ata redigida de forma correta.” -*
268 *Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Sugeriu*
269 *fazer a retificação da ata. – Camilo de Lélis André Melo – Representante*
270 *FEDERAMINAS – Saliou que “esse tema do Dr. Roberto, no final da reunião, foi*
271 *encampado por todos os conselheiros. Eu acho que ele é importante sim constar na*
272 *ata.” - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –*
273 *Informou que iria fazer a leitura dos processos sem destaque ou diligência, a partir do*
274 *item 6. – **Item 6. Processos Administrativos para exame da Licença de Operação:***
275 ***6.1. Zuf Fundição Ltda. - Produção de fundidos de ferro e aço, sem tratamento***
276 ***químico superficial, inclusive a partir de reciclagem. - Conceição do Pará/MG -***
277 ***PA/Nº 00424/1995/017/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. Destaque***



278 Ministério Público. - **6.2. Arapé Agroindústria Ltda. - Suinocultura (ciclo**
279 **completo).** - **BambuÍ/MG - PA/Nº 04897/2010/002/2011 - Classe 5 -**
280 **Apresentação: Supram ASF.** – Destaque Ministério Público e ABES. - **Item 7.**
281 **Processo Administrativo para exame de Adendo a Licença de Operação: 7.1. ICAL**
282 **Indústria de Calcinação Ltda. - Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas**
283 **cársticas com ou sem tratamento. - Pains/MG - PA/Nº 00038/1986/008/2003 DNPM**
284 **nº 831.014/1980 - APEF nº. 04247/2011 - Classe 6 - Apresentação: Supram ASF.**
285 **Inscrição para uso da palavra representante da ICAL. - Item 8. Processos**
286 **Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva: 8.1. Cerâmica**
287 **Fundão Ltda. - Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não**
288 **listados ou não classificados e Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de**
289 **barro cozido, exclusive de cerâmica - Itaúna/MG - PA/Nº 05324/2006/002/2010 -**
290 **Classe 3 - Apresentação: Supram ASF.** – Destaques SUPRAM e ABES. - **8.2. Posto**
291 **Douradão Ltda. - Postos revendedores, Postos de Abastecimento, Instalações de**
292 **Sistemas Retalhistas e Postos Flutuantes de Combustíveis. - Iguatama/MG - PA/Nº**
293 **02222/2002/003/2005 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF.** - Destaque SUPRAM.
294 - **8.3. J.C Beneficiamento Têxtil Ltda. - Lavanderias industriais com tingimento,**
295 **amaciamiento e outros acabamentos em roupas, peças do vestuário e artefatos de**
296 **diversos tecidos. - Formiga/MG - PA/Nº 12146/2009/001/2011 - Classe 5 -**
297 **Apresentação: Supram ASF.** - Destaque SUPRAM e ABES. **Item 9. Processos**
298 **Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação: 9.1.**
299 **Cerâmica Arco - Íris Ltda. - Outras formas de tratamento ou de disposição de**
300 **resíduos não listados ou não classificados e Fabricação de telhas, tijolos e outros**
301 **artigos de barro cozido, exclusive de cerâmica - Igaratinga/MG - PA/Nº**
302 **01301/2003/005/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF.** – Destaque Comitê
303 **de Bacias. - 9.2. Frigorífico Alto São Francisco Ltda. - Abate de animais de médio**
304 **e grande porte (suínos, ovinos, caprinos, bovinos, equinos, bubalinos, moares, etc.).**
305 **- Bambuí/MG - PA/Nº 01462/2002/003/2011. - Classe 3 - Apresentação: Supram**
306 **ASF.** – Vistas FAEMG, CREA e FEDERAMINAS. - **Item 10. Processo**
307 **Administrativo para exame de Adendo a Revalidação da Licença de Operação:**
308 **10.1 Companhia Siderúrgica Nacional CSN - Lavra a céu aberto ou subterrânea**
309 **em áreas cársticas com ou sem tratamento - Arcos/MG - PA/Nº**
310 **00174/1986/013/2011 - DNPM 3425/1960 - APEF Nº. 00591/2012 - Classe 6 -**
311 **Apresentação: Supram ASF.** – Sem destaque. - Presidente Suplente da URC Alto São
312 Francisco – *“Então, nós vamos deliberar, senhores conselheiros, os processos que não*
313 *houve solicitação de destaques ou pedido de vistas. Item 7.1 da pauta ICAL e o item*
314 *10.1 da pauta Companhia Siderúrgica Nacional. Em votação. Os processos 7.1 e 10.1.*
315 *Aqueles que são contrários ao parecer da SUPRAM, por favor, se manifestem.*
316 **PROCESSOS APROVADOS.” - Item 5. Processo Administrativo para exame da**
317 **Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 5.1. Expedito José**
318 **Pinto. - Avicultura de Postura - Pains/MG - PA/Nº 10890/2010/001/2011 - Classe**
319 **3 - Apresentação: Supram ASF. RETORNO DE BAIXA EM DILIGÊNCIA.** – José
320 Antônio – SUPRAM ASF – Fez a apresentação do processo. *“O tipo de licença LP*
321 *mais LI. Município de Pains. Agricultura de postura de codorna. Porte médio.*
322 *Potencial poluidor médio. Classe 3. Parâmetro. Número de aves. Capacidade*
323 *instalada. Ela se encontra 1000 cabeças de aves. Ainda tem 2 poços manuais*
324 *regularizados. A vazão 2.8 metros cúbicos/dia por poço. Total de 5.6 metros cúbicos.*
325 *Por enquanto, o pessoal não está usando porque a atividade não está em operação,*



326 *está usando pouca água para a construção dos galpões. Os principais impactos*
327 *gerados. Ruídos, emissões de materiais particulados, efluentes sanitários e resíduos*
328 *sólidos. Os demais por enquanto não estão gerando e resíduos domésticos e águas*
329 *pluviais. As medidas mitigadoras. Manutenção da área permeável para a infiltração*
330 *das áreas pluviais. A aspersão da água durante a instalação das obras. Manutenção de*
331 *máquinas e equipamentos e uso de EPI's. Implantação de drenagens de águas pluviais*
332 *e implantação do sistema de tratamento de esgoto sanitário. Efluentes líquidos*
333 *sanitários. A empresa será condicionada a apresentar ou implantar o sistema de*
334 *tratamento do efluente sanitário que é composto por fossa séptica, filtro anaeróbico*
335 *conforme a NBR 729. É um local da propriedade. É uma casa de moradia. Isso aqui é*
336 *uma casa aonde não vão ser construídos os galpões. É uma área de plantio, de cultura*
337 *anual. Lá atrás a propriedade em toda ela, em volta do seu entorno é de mata ciliar,*
338 *mata semidecidual. Isso aqui são duas dolinas que são consideradas áreas de APP. São*
339 *todas duas cercadas. Aqui é a área do plantio de culturas anuais. Cercada a 50 metros*
340 *das dolinas. São duas dolinas. Esse é o maciço de calcário que não vai ser mexido*
341 *embora tenha o DNPM e não vai ser mexido e está conservado. Essa aqui é outra área*
342 *onde é o plantio de cultura anual também. Aqui são duas dolinas para o plantio. Por*
343 *favor. Essa é a área onde vão ser construídos os galpões. É uma área que não foi*
344 *mexida. Serão construídos 8 galpões. Uma média de 12 com 1400 metros total dos*
345 *galpões. Isso aqui é da propriedade de uma vista geral da propriedade. Lá atrás é o*
346 *espaço que vai ser construído os galpões. Essa é a área onde vão ser construídos os*
347 *galpões. Fica a uma distância de mais ou menos 1500 metros da residência mais*
348 *próxima. Essa é outra área, tipo do solo do local.” – Marcos Vilela – Representante*
349 *Grupo AR – Solicitou mais informações: “Qual o percurso que uma mosca faz de*
350 *deslocamento de um ponto de granja. Qual a distância que ela percorre durante o voo*
351 *dela?” – José Antônio – SUPRAM ASF – Respondeu que pode percorrer até 3 km. “Lá*
352 *é uma produção de codorna. A incidência de moscas lá é muito pequena e não vai ter...*
353 *(Falam juntos e não dá para entender) a residência mais próxima está a 1 km de*
354 *distância?” – Não identificou – Perguntou se a granja teria a possibilidade, dentro do*
355 *licenciamento, de ampliar no futuro, solicitar uma licença de ampliação. – Não*
356 *identificou- Respondeu: “Não está identificado no processo não. Não está ventilado*
357 *junto ao processo dele. Ele tem no futuro tem o direito de fazer isso. Dobrar a*
358 *produção dele nesse local.” – Não identificou – Ressaltou que “A experiência que nós*
359 *temos com granja é meio traumática. Ao longo dos anos nós viemos brigando por isso.*
360 *É bom nós avaliarmos bem o que nós estamos licenciando. Não está localizando nessas*
361 *granjas para num futuro mais próximo de 5 anos esses empreendedores não estão*
362 *ampliando essas granjas e trazendo alguma consequência, algum problema sério para*
363 *a comunidade local ali no entorno.” – Dirceu Costa – Representante CODEMA Pains*
364 *– Esclareceu: “Eu conheço bem a região. É bem próximo a Pains. Não quero entrar em*
365 *detalhes a respeito com relação a questões ambientais que isso foi muito bem analisado*
366 *pela equipe técnica da SUPRAM. O que eu tenho a falar para vocês é que esse*
367 *empreendimento é de uma pessoa que foi superintendente da EMATER durante muitos*
368 *anos. Ele faz palestras no Brasil inteiro sobre esse tema: granjas. Eu acho que ele não*
369 *iria montar o próprio empreendimento dele num local que ele recomenda no Brasil*
370 *inteiro nas palestras dele. Conhece bastante o tema. Acho que seria. Não sei. Essas*
371 *questões ambientais eu não tenho muito conhecimento sobre isso, mas eu acho que isso*
372 *foi avaliado por ele também por ser um profissional da área.” – José Antônio –*
373 *SUPRAM ASF – Ressaltou: “Foi muito bem lembrado pelo senhor que o responsável*



374 técnico é o engenheiro e médico veterinário. Tem muito conhecimento da atividade. Eu
375 acho que não tem como se inviabilizar um processo desses. Para mim o processo é
376 muito viável. É um tipo de atividade a ser explorada na região. Isso não tem nada a
377 ver. Conheço muitas granjas de galinha poedeira, inclusive a Mantiqueira, que
378 conheço muito bem o controle está dentro da cidade e o controle de mosca lá é
379 excepcional. Isso depende muito do ART que vai conduzir o negócio.” - Luciano
380 Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Fez alguns
381 esclarecimentos: “José Antônio citou a de Itanhandu, que fica no sul de Minas. É
382 regularizada pela SUPRAM Sul de Minas. O município Itanhandu tem 8 milhões de
383 aves de avicultura de postura. As granjas mais próximas estão a cerca de 500 metros
384 do município. Essas granjas foram instaladas na década de 50 antes da exigência de
385 licenciamento ambiental. A população tem conflitos sim com as granjas, mas as
386 empresas tem hoje tecnologia para reduzir os impactos decorrentes principalmente de
387 odores e da proliferação de moscas e vetores também. Eles implantam uma série de
388 barreiras físicas. Pega moscas. Eu não sei o nome correto e isso tem sortido efeito.
389 Tanto que as reclamações a respeito das incidências de moscas nas residências tem
390 reduzido de forma bastante... Na verdade, tem mais de 2 anos que nós não temos
391 reclamações a respeito disso.” – Isabela – SUPRAM ASF – Solicitou que fosse
392 corrigido nas páginas 3 e 4 do parecer, onde consta LIC, constar LP mais LI. - Luciano
393 Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Após os
394 esclarecimentos e manifestação da equipe da SUPRAM e dos membros do conselho,
395 colocou em votação o processo 5.1. - Expedido José Pinto e o **PROCESSO** foi
396 **APROVADO** conforme o parecer da SUPRAM. - **Item 6. Processos Administrativos**
397 **para exame da Licença de Operação: 6.1. Zuf Fundição Ltda. - Produção de**
398 **fundidos de ferro e aço, sem tratamento químico superficial, inclusive a partir de**
399 **reciclagem. - Conceição do Pará/MG - PA/Nº 00424/1995/017/2011 - Classe 3 -**
400 **Apresentação: Supram ASF. – Leandro Wili – Representante Ministério Público –**
401 *“Bom dia a todos! Senhor presidente, em primeiro lugar gostaria de cumprimentar*
402 *todos os conselheiros e dizer que é um prazer para mim estar novamente aqui*
403 *participando de uma reunião do COPAM. É a minha terceira oportunidade. Na minha*
404 *primeira experiência foi um pouco traumática. Até por desconhecer um pouco do*
405 *regimento do funcionamento das reuniões. A segunda já foi mais tranquila e a minha*
406 *terceira oportunidade de participar da reunião do COPAM. Eu queria num primeiro*
407 *momento cumprimentar todos os conselheiros. Oportunidade também de rever alguns*
408 *colegas e amigos da SUPRAM que foram companheiros durante 2 anos em que fiquei*
409 *na Promotoria do Meio Ambiente de Divinópolis. Justificar a ausência do Dr. Mauro,*
410 *que é o titular do Ministério Público aqui no COPAM. Ele está participando de um*
411 *Congresso da ABRAMPA da Associação dos Membros do Ministério Público de Meio*
412 *Ambiente. Infelizmente não pode estar presente hoje pela qual eu estou aqui*
413 *representando o Ministério Público. Ficam aqui os meus cumprimentos. Dizer mais*
414 *uma vez, reiterar a minha satisfação de estar aqui na data de hoje. Com relação ao*
415 *item 6.1 é apenas o destaque para o acréscimo de uma condicionante que no nosso*
416 *entendimento é uma condicionante simples, mas que diz que possui uma significativa*
417 *importância. Na verdade, é para incluir a condicionante número 14 de manter os*
418 *lavadores de gás em funcionamento ininterrupto enquanto houver atividade no*
419 *empreendimento. Com ressalva aqui de uma necessidade de manutenção que deve ser*
420 *previamente comunicada a SUPRAM. Prazo da condicionante durante a vigência da*
421 *LO.” - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –*



422 Colocou em votação o processo item 6.1 da pauta - ZUF Fundação Ltda e o
423 **PROCESSO foi APROVADO**. Em seguida colocou em votação a inserção da
424 condicionante proposta pelo representante do Ministério Público que trata da
425 manutenção da operação dos lavadores de gás que não sejam desligados durante a
426 operação do empreendimento. A validade: durante a vigência da Licença de Operação.
427 **A CONDICIONANTE foi INSERIDA. – Item 6.2. Arapé Agroindústria Ltda. -**
428 **Suinocultura (ciclo completo). - Bambuí/MG - PA/Nº 04897/2010/002/2011 -**
429 **Classe 5 - Apresentação: Supram ASF. – Leandro Wili – Representante Ministério**
430 **Público** – Solicitou fazer modificação na condicionante número 4. *“No item 4 para que*
431 *nós pudéssemos fazer um acréscimo simples também que ela ficaria da seguinte forma:*
432 *Caso o sistema de tratamento dos efluentes líquidos adotados não apresente eficiência*
433 *suficiente para atendimento aos padrões estabelecidos na DN COPAM 01/2008 o*
434 *empreendedor deverá apresentar nova alternativa de controle ambiental.*
435 *Acréscitando aqui apenas, além dessa nova apresentação de alternativa de controle*
436 *ambiental e executar no prazo estabelecido pela SUPRAM.” – Isabela – SUPRAM -*
437 **ASF** – Solicitou fazer uma correção na condicionante número 3. *“Incluir onde está*
438 *executar laje de proteção de concreto vai continuar a frase nos poços tubulares.” -*
439 **Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco** – Colocou
440 em votação o item 6.2 - Arapé Agroindústria e o **PROCESSO foi APROVADO**
441 conforme parecer da SUPRAM. Registrou a alteração da condicionante proposta. *“A*
442 *correção do termo da condicionante proposta pela SUPRAM, condicionante número 3:*
443 *Executar a laje de proteção de concreto nos poços tubulares.”* Em seguida colocou em
444 votação a alteração da condicionante proposta pelo conselheiro representante do
445 Ministério Público e a **CONDICIONANTE foi ALTERADA. – Item 8. Processos**
446 **Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva: 8.1. Cerâmica**
447 **Fundão Ltda. - Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não**
448 **listados ou não classificados e Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de**
449 **barro cozido, exclusive de cerâmica - Itaúna/MG - PA/Nº 05324/2006/002/2010 -**
450 **Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. – Francisco de Assis Braga – Representante**
451 **ABES** – Solicitou informações sobre o empreendimento: *“O empreendimento está em*
452 *operação parece que desde 94. A dúvida é: neste caso cabe uma autuação por estar*
453 *funcionando sem licenciamento ambiental por se tratar de LOC?” – Isabela –*
454 **SUPRAM ASF** – Respondeu: *“O empreendimento faz uso dos benefícios da denúncia*
455 *espontânea já que opera desde 1994. Não foi autuado por operação sem licença.*
456 *Também aproveitando e fazer a correção então do parecer no penúltimo parágrafo do*
457 *código processual no final do parágrafo onde consta qualquer neste sentido é qualquer*
458 *autorização neste sentido.” - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC*
459 **Alto São Francisco** – Após os esclarecimentos colocou em votação o Item 8.1 da pauta -
460 Cerâmica Fundão e o **PROCESSO foi APROVADO** conforme o parecer da SUPRAM.
461 - **Item 8.2. Posto Douradão Ltda. - Postos revendedores, Postos de Abastecimento,**
462 **Instalações de Sistemas Retalhistas e Postos Flutuantes de Combustíveis. -**
463 **Iguatama/MG - PA/Nº 02222/2002/003/2005 - Classe 3 - Apresentação: Supram**
464 **ASF. – Shirley – SUPRAM ASF** – Solicitou fazer uma alteração no corpo do parecer:
465 *“No item 2.12, subitem atendimento a deliberação normativa COPAM 108/2007 no*
466 *item da letra “p” - Efetuar teste de estanqueidade em tanques subterrâneos instalados*
467 *a menos de 10 anos. Fazer uma alteração. A empresa, na verdade, realizou esse teste*
468 *em 2010 e não como está no parecer em 2005. O texto vai ficar realizado em 2010*
469 *conforme discutido neste parecer.” - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da*



470 URC Alto São Francisco – Após, colocou em votação o item 8.2 da pauta - Posto
471 Douradão e o **PROCESSO foi APROVADO** conforme parecer da SUPRAM-ASF. -
472 **Item 8.3. J.C Beneficiamento Têxtil Ltda. - Lavanderias industriais com**
473 **tingimento, amaciamento e outros acabamentos em roupas, peças do vestuário e**
474 **artefatos de diversos tecidos. - Formiga/MG - PA/Nº 12146/2009/001/2011 - Classe**
475 **5 - Apresentação: Supram ASF.** – Francisco de Assis Braga – Representante ABES –
476 Solicitou informações: “*É a mesma dúvida. Por se tratar de uma LOC cabe a autuação*
477 *por estar funcionando sem o licenciamento ambiental?*” – Elaine – SUPRAM ASF –
478 Respondeu que caberia sim. “*Ele vai ser autuado porque passou a operar depois da*
479 *edição do Decreto 44.244. Foi em 10 de agosto de 2008. Então cabe, porque ele operou*
480 *sem a devida licença.*” – José Paiva de Carvalho – Representante SEAPA – Informou
481 que precisaria se ausentar da reunião por motivos de saúde. - Luciano Junqueira Melo -
482 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Registrou que empreendimento será
483 autuado por ter dado início a operação sem a devida licença. Após, colocou em votação
484 o item 8.3 - J.C Beneficiamento Têxtil e o **PROCESSO foi APROVADO** conforme o
485 parecer da SUPRAM. - **Item 9. Processos Administrativos para exame de**
486 **Revalidação da Licença de Operação: 9.1. Cerâmica Arco - Íris Ltda. - Outras**
487 **formas de tratamento ou de disposição de resíduos não listados ou não**
488 **classificados e Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido,**
489 **exclusive de cerâmica - Igaratinga/MG - PA/Nº 01301/2003/005/2011 - Classe 3 -**
490 **Apresentação: Supram ASF.** – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de
491 Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – “*Vou voltar ao assunto. Esse caso aqui*
492 *é emblemático. Eu não vou pedir que não haja indeferimento, porque realmente a*
493 *empresa não teve comportamentos satisfatórios. Mas, vou lembrar que esse*
494 *empreendedor está sendo beneficiado pela incompetência dele. Ao indeferir o processo,*
495 *como se trata de uma microempresa, ele vai para um novo licenciamento sem nenhum*
496 *ônus, sem nenhuma condição. Se por acaso ele tivesse, por exemplo, uma multa*
497 *gravíssima ele, no caso de deferimento, ele já perderia 2 anos. É preciso urgentemente*
498 *rever os critérios que são usados para esse tipo de revalidação e indeferimento de*
499 *revalidação. Eu acho que é melhor ter critérios do que não ter, mas realmente nós*
500 *estamos premiando quem não está fazendo o para casa. Eu voltei a esse assunto com o*
501 *intuito de nós realmente chegarmos numa melhor solução para esses casos. Não é*
502 *especificamente esse caso aqui, porque realmente o desempenho dele não é satisfatório*
503 *mesmo. Ele não teria deferimento de jeito nenhum, mas os critérios precisam ser*
504 *revistos porque nós estamos premiando empresas. Eu penso, por exemplo, que se uma*
505 *empresa tiver uma infração gravíssima, por exemplo, o consultor chega para o*
506 *empreendedor e fala assim: olha, para de fazer monitoramento, não cumpre*
507 *condicionante porque você vai ter que entrar num novo licenciamento e não vai perder*
508 *nada. Esse critério que está sendo usado hoje tem falha e precisa, no meu entender, de*
509 *uma decisão no nível de SEMAD um pouco mais correta.*” – Francisco de Assis Braga –
510 Representante ABES – Argumentou: “*Na verdade, Roberto, no descumprimento de*
511 *condicionante leva a uma autuação, salvo engano. Então, o próprio fato em si de*
512 *descumprir a condicionante cabe uma autuação. Não lembro qual processo estava*
513 *escrito lá. O empreendedor será autuado por descumprimento de condicionante. Não,*
514 *mas se nesse daqui também ele descumpriu condicionantes, Roberto, de monitoramento*
515 *deverá ser autuado. Se não está sendo deverá ser autuado. Porque eu li isso em outro*
516 *processo. Não sei bem qual que é o técnico que redigiu o parecer disse isso. O*
517 *empreendedor será autuado pelo descumprimento de condicionante. Além, do*



518 *indeferimento da licença ter que entrar com outro processo de licenciamento. No seu*
519 *caso eu concordo. Quando é microempresa o licenciamento é gratuito, mas ele terá que*
520 *pagar o técnico novamente para apresentar os estudos. Então, não é totalmente*
521 *gratuito é mais ou menos gratuito diante do estado. Eu não sei. Legislação realmente*
522 *nós temos que... A Lei é criada. As Normas são criadas e nós vamos identificando as*
523 *falhas. Eu não sei, de repente, empreendimentos que sejam classificados como*
524 *microempresa e, portanto, isentos de pagamento das taxas de licenciamento ambiental.*
525 *No caso de uma incidência dessa natureza, ele poderia ser obrigado a recolher as taxas*
526 *no licenciamento corretivo. Eu acho que a legislação talvez não preveja isso, mas pode*
527 *ser um ponto interessante para ser corrigido. Aconteceu o caso de indeferimento da*
528 *revalidação da LO por desempenho ambiental inadequado, na entrada de um novo*
529 *processo de licenciamento ele vai ter que arcar com as custas da análise técnica. No*
530 *caso vai ser uma LOC, não é isso? LOC vai ter as despesas e vai ter que pagar. Mesmo*
531 *sendo microempresa teria que pagar.” – Roberto Soares Nogueira – Representante*
532 *Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – “Você está coberto de razão,*
533 *Francisco. Ele deve ser autuado, mas é qualquer um. Mesmo que tenha deferimento.*
534 *Qualquer um que não cumprir condicionante está sujeito as penas da lei. Devia ser*
535 *inclusive quando da detecção. Infelizmente, nós não temos condições. Eu acho que a*
536 *SUPRAM não teria condição de acompanhar cada processo de licenciamento para ver*
537 *que está havendo falha no cumprimento durante a licença. Não tem gente, não tem*
538 *estrutura para isso. Nós temos que pegar a falha é na revalidação. Realmente, nós*
539 *estamos premiando as empresas que não estão cumprindo suas obrigações. Isso eu*
540 *tenho repetido aqui no Conselho há muito tempo. Precisava ter um mecanismo*
541 *qualquer para corrigir esse prêmio, está certo?” – Isabela – SUPRAM ASF –*
542 *Esclareceu: “Eu vou explicar quais as consequências para um empreendimento de ter*
543 *sua licença indeferida pelo COPAM. Primeira coisa. O empreendimento ficou sem*
544 *licença, ele tem que paralisar suas atividades imediatamente. Eu acho que a*
545 *paralisação das atividades para qualquer empreendedor já seria o maior castigo que*
546 *poderia ser aplicado. Segunda coisa. Se ele voltar a operar sem a licença, ele vai ser*
547 *autuado por operar sem licença e inclusive, isso é crime. Nós enviamos o auto de*
548 *infração ao Ministério Público para tomar ciência e tomar as medidas cabíveis. Além*
549 *de ser autuado por operar sem a licença ele pode também ser autuado pelo*
550 *descumprimento das condicionantes. Fica gravado caso tenha caso de degradação ou*
551 *poluição. São diversas consequências que vão muito além de pagar o custo de análise*
552 *da revalidação ou não pagar. As multas são, às vezes, muito mais pesadas do que o*
553 *próprio custo de análise. Elas podem ser somadas no caso de ter sido cometido mais de*
554 *uma penalidade. Dentre essas o que nós esperamos é um pouco pior para o*
555 *empreendimento é o fato de ter que paralisar as atividades após o indeferimento da*
556 *licença.” – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da*
557 *Represa de Três Marias – Respondeu: “A senhora, Dra. Isabela, esqueceu de fazer uma*
558 *pequena observação. Não tem que paralisar nada, porque nós estamos oferecendo de*
559 *bandeja para ele em 10 dias entrar com um novo formulário. Se ele entrar com novo*
560 *formulário ele vai estar protegido. Não vai ser autuado. Eu não conheço nenhum caso*
561 *aqui no Alto São Francisco em que nós paralisamos ou pedimos paralisação de*
562 *atividades de alguma empresa nestes casos. Desconheço.” – Isabela – SUPRAM ASF –*
563 *Esclareceu ao conselheiro: “Esse caso tem que dar entrada, Roberto, não significa que*
564 *ele não vai ser autuado no caso que opere sem licença. É simplesmente um prazo para*
565 *que ele busque a SUPRAM e busque a regularização do empreendimento no menor*



566 prazo possível. Isso não quer dizer que se ele operar ele não seja autuado. Ele vai. Se
567 até agora isso não acontecia vai passar acontecer com certeza, porque a SUPRAM tem
568 cada dia mais tem zelado pelos atos que tem tomado. Se isso não acontecia vai passar a
569 acontecer. Disso você pode ter certeza. Também não era de praxe, vamos colocar
570 assim, esse tipo de indeferimento por causa de descumprimento de condicionante isso
571 também é uma análise mais rigorosa que a SUPRAM tem adotado. A partir de agora
572 nós vamos adotar todos os procedimentos que forem necessários para a regularização
573 do empreendimento.” – Túlio – Representante FIEMG – Fez um comunicado: “Nós
574 temos vistos nas últimas reuniões a seguinte questão das Cerâmicas de Igaratinga. Está
575 tendo uma grande discussão. Na última teve um pequeno bate boca entre o Tônico e o
576 Promotor. Só comunicar aos conselheiros que semana passada nós tivemos a reunião
577 na SUPRAM com participação da Paula, do Tônico, Ministério Público, do CEIA que é
578 o Conselho de Educação Ambiental. Nós vamos estar fazendo um trabalho com o
579 pessoal de Igaratinga, nas cerâmicas o cumprimento de condicionantes, o próprio
580 licenciamento, LOC. Montamos um questionário para questão de dificuldades que eles
581 estão tendo por parte do licenciamento, cumprimento de condicionantes para nós
582 podermos estar encaminhando esse pessoal para estar resolvendo esse grande
583 problema e também estar acabando um pouco essa parte do debate, o desgaste que o
584 pessoal já está tendo há muitos conselheiros reclamando. O próprio Tônico também
585 com o desgaste dele está chegando aqui na frente falando e se referindo às cerâmicas.
586 Só comunicando isso. Os conselheiros também que quiserem estar participando,
587 colaborando com essa questão, nós estamos dando uma solução em cima disso. Às
588 vezes, também poderemos usar na frente no julgamento de outros licenciamentos.” -
589 Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Esclareceu
590 alguns pontos: “Conselheiro Roberto e demais conselheiros, nós temos uma
591 oportunidade um pouco diferente nesse momento. Na próxima semana nós vamos estar
592 debatendo em Belo Horizonte a revisão da DN 74. A DN 74 vai incorporar as regras da
593 DN 17 que fala da revalidação de processos, prazos, tudo que o conselheiro Roberto
594 está falando que não está sendo justo, que não está sendo uniforme o tratamento para
595 esse tipo de empresa. Eu vou pedir aos senhores que caso queiram, nos encaminhem
596 por email uma sugestão, Roberto, de alteração no que está sendo o procedimento atual
597 da revalidação para que nós possamos discutir e debater isso lá. É uma oportunidade e
598 essas oportunidades nossas não são tão comuns. DN 74 está hoje com 8 anos de
599 vigência. A 090 ficou com 14 anos de vigência. É uma oportunidade que nós tentamos
600 incorporar novas regras ou fazer uma crítica do que está sendo praticado hoje.” –
601 Dirceu Costa – Representante CODEMA Pains – Comentou: “Inclusive uma coisa que
602 vem me incomodado muito é a questão da AAF e fiscalização de condicionante. A
603 turma está muito a vontade. Nós vemos muito empreendimento operando com AAF, mas
604 aquilo ali está só no papel. Você vai olha no empreendimento mesmo, ambientalmente
605 tudo irregular. A questão da fiscalização das condicionantes. Pelo menos se fiscalizasse
606 20% sei lá talvez por sorteio. Criar um mecanismo, já que está usando a AAF como
607 instrumento para legalizar, vamos também fiscalizar para dar um retorno ambiental,
608 por que só no papel...” – Paula – SUPRAM - ASF – Comentou: “Além da colocação
609 que o Luciano fez em relação a DN 74, depois dessa discussão interna da SEMAD onde
610 nós já podemos estar levando algumas sugestões dos conselheiros, inclusive, essa
611 sugestão do Francisco, para mim assim é uma ótima sugestão para que nós levemos
612 para a SEMAD para que indeferido um novo processo de licenciamento, mesmo sendo
613 micro empresa, que ele arque com os custos da análise cabe um prazo de 45 dias para



614 *que o segmento da sociedade interessada nos anexos da DN se manifestem. A questão*
615 *das AAF's, Dirceu, uma coisa que nós discutimos muito aqui é a AAF para extração de*
616 *areia, extração de argila que nós sempre temos muitos problemas com esse tipo de*
617 *empreendimento. Para nós reavaliarmos esses critérios de classificação das atividades.*
618 *Assim que a SEMAD estiver com a minuta pronta vai ser publicado no Diário Oficial*
619 *no prazo de 45 dias para que as entidades se manifestem sobre esses parâmetros, sobre*
620 *as atividades, talvez alguma atividade não é licenciada, mas que enfim (sem áudio)*
621 *passasse pelo processo de licenciamento.” – Anaximandro – Representante PUC Minas*
622 *– Parabenizou pela iniciativa do estado: “Louvável essa iniciativa do governo, senhor*
623 *presidente, até porque a DN 74 veio logo depois que o COPAM se subdividiu. Nesses 8*
624 *anos de vigência, certamente, as equipes das respectivas SUPRAM's já têm uma*
625 *experiência, uma bagagem, um know how do que está acontecendo. É uma forma de*
626 *contribuição para melhorar a nossa legislação. Mais louvável ainda que é uma área*
627 *que eu estudo especificamente a possibilidade de participação dos segmentos*
628 *interessados. Exortar isso, conclamar os colegas que representam os segmentos*
629 *específicos aqui nesse conselho que se reúnam com seus pares, com suas entidades*
630 *específicas para poder contribuir de alguma maneira nesse nosso processo de*
631 *licenciamento, porque não adianta, às vezes, nós chegarmos aqui com uma série de*
632 *intenções ou uma série de proposições e termos impedimentos na própria legislação.*
633 *Nossa ideia, realmente é sempre aprimorar esse processo.” – Dirceu Costa –*
634 *Representante CODEMA Pains – Fez uma solicitação: “Eu gostaria de quando abrisse*
635 *espaço para a sociedade civil participar do processo, que a SUPRAM e o próprio*
636 *estado dessem ampla divulgação até para legitimar o processo e dar oportunidade a*
637 *nós que estamos no interior de tomar conhecimento e participar.” – Tonico –*
638 *Representante Associação das Cerâmicas de Igaratinga – “Primeiramente um abraço a*
639 *cada um dos nossos conselheiros e espero que com as bênçãos do Senhor Jesus tenham*
640 *descido sobre os seus familiares e todos tenham tido uma feliz Páscoa. Eu queria,*
641 *primeiramente, tentar hoje como disse o nosso amigo Tulio, que eu e o Dr. Mauro*
642 *tivemos uma bate boca. Não foi um bate boca. É um bate papo, porque me sinto aqui*
643 *nessa casa como um aprendiz. Ao nosso representante hoje do nosso Ministério Público*
644 *eu queria que o senhor levasse para o Dr. Mauro a minha mensagem, porque conforme*
645 *o que o Túlio disse, naquele dia, quando nós vemos a figura do Dr. Mauro que ele*
646 *mostra ser um leão. Aquela força, mas quando é procurado que senta numa mesa de*
647 *negociação para ensinar, para mostrar e ajudar ele passa a ser um cordeiro, um*
648 *pacificador de todos. Conforme é cada um dos conselheiros amigos aqui dessa casa*
649 *essa (sem áudio) tão querida que compõe o quadro de trabalhadores da SUPRAM e de*
650 *todos os órgãos que trabalham aqui no nosso meio. Hoje a nossa conversa aqui é*
651 *diferente. Nós sabemos que nesse texto da Cerâmica Arco Iris abriu brecha para várias*
652 *outras discussões. O que nós ficamos sentido é porque quando tiver todos os processos*
653 *não fala em não cumprimento de condicionante, mas ele se isentou pelo atraso no*
654 *início. São todos os processos. Em muitas, em determinadas (sem áudio) estão*
655 *utilizando conforme o assunto e colocando o nosso setor, a nossa cidade numa*
656 *expectativa muito tremenda, muito ruim, porque cada hora chega um, liga de um lado,*
657 *consultor liga do outro e o empreendedor fica naquela sem saber o que vai acontecer.*
658 *É dentro dessa parceria, dentro dessa organização de boa vontade, de querer lutar pelo*
659 *Meio Ambiente, que nessas reuniões todas (sem áudio) para reunirmos e juntos, lá sim*
660 *o Dr. Mauro ou o representante do Ministério Público estará conosco, não lá*
661 *mostrando conforme estão levando a mensagem, mas mostrando que não está ali com*



662 *aquela capa preta para julgar, para castigar, mas sim para orientar, para ajudar para*
663 *que o setor possa prosseguir em paz e trazendo progresso para a nossa região, para o*
664 *Estado de Minas Gerais e para o Brasil. Assim todos, a FIEMG, a SUPRAM com seu*
665 *corpo, IEF, IGAM daí por diante, o CIEA e nós lá vamos estar de braços abertos,*
666 *porque nós queremos melhorar. Nós não queremos continuar no caminho errado. Nós*
667 *não queremos ser decepcionados por indeferimento, mas sim queremos ser aplaudidos*
668 *por fazer o melhor. Nós estamos aqui hoje trazendo essa mensagem para vocês de que*
669 *cada dia nós estamos colhendo mais frutos e vamos chegar lá na frente trazendo aquilo*
670 *que vocês estão lutando, que nós também lutamos que é a melhoria da qualidade de*
671 *vida do nosso Meio Ambiente. Muito obrigado, senhor presidente.” – Leandro Wili –*
672 *Representante Ministério Público – Respondeu: “Apenas uma observação, Tônico.*
673 *Vossa mensagem será levada até ao Dr. Mauro. Eu acabei tomando conhecimento até*
674 *da discussão, até pela leitura da ata da última reunião. Logicamente, que num*
675 *ambiente de respeito é até saudável. A democracia eu acho que essas discussões apenas*
676 *enriquecem. Logicamente, que se exercidas essas funções inteiramente dentro do*
677 *respeito. Eu particularmente sou até fã do Dr. Mauro, porque ele é uma pessoa, além*
678 *de sensata, muito humana. O Alto São Francisco ganhou muito com a vinda do Dr.*
679 *Mauro para cá, porque logicamente ele defende firmemente o cumprimento da lei, mas*
680 *não é uma pessoa simplesmente que olha para a lei como, vamos dizer assim com o*
681 *olhar restrito. É uma pessoa que tem a cabeça aberta. Ele é, o diálogo está sempre*
682 *presente, pelo menos ele é do meu concurso e falo com o conhecimento de causa.*
683 *Muitos podem não concordar com o posicionamento dele, isso é até natural que ocorra*
684 *principalmente num ambiente diversificado como é o próprio COPAM, mas ninguém*
685 *pode alegar que ele é inacessível ou que ele não sente na mesa para conversar, para*
686 *negociar. Nesse ponto, eu acho que eu como suplente dele, um pouco ausente, porque*
687 *Nova Serrana me consome 150% do tempo. Já deixo aqui agora, até abrir um*
688 *parêntese para a própria SUPRAM atuar. Nós temos alguns casos para atuar em*
689 *parceria lá, mas o crime de Nova Serrana acaba ocupando 90% do nosso tempo. Eu*
690 *sou promotor do Meio Ambiente em Nova Serrana também, mas infelizmente acabamos*
691 *apenas apagando alguns incêndios. Voltando ao Dr. Mauro. Tônico, sua mensagem vai*
692 *ser levada a ele. Você pode ter certeza de uma coisa, os diálogos sempre ocorrerão e*
693 *sempre acontecerão. Nunca haverá uma imposição sem que os próprios envolvidos, os*
694 *próprios interessados ao assunto da pauta estejam envolvidos de alguma forma. Nunca,*
695 *difícilmente vocês verão o Ministério Público ingressando qualquer medida judicial,*
696 *judicializando sem antes estar tentando resolver de uma forma administrativa, sem*
697 *antes buscar uma atuação resolutive. Eu não estou falando especificamente no caso do*
698 *Dr. Mauro, mas existem outros promotores que já preferem judicializar e não é o caso*
699 *dele. Eu tomei conhecimento até meio que de última hora a respeito dessa coisa*
700 *envolvendo a cerâmica na última reunião. Gostaria de registrar, Tônico, que o*
701 *Ministério Público estará sempre com as portas abertas para discutir e tentar*
702 *aprimorar, mas como defensores da lei nós temos sempre que buscar o caminho dentro*
703 *da legalidade e, às vezes, pode ser que o acordo não seja viável. Fica aqui o nosso*
704 *registro. O nosso apoio a todas as formas de interação, de atuação conjunta e o*
705 *recado, assim que terminar a reunião, vai ser dado a ele o que você chamou de capa*
706 *preta. Não tem motivo de intimidar ninguém a atuar de uma forma arbitrária, pelo*
707 *contrário. Também que ele é um cordeiro e que gosta de pacificar. Seu recado vai ser*
708 *levado. Eu acredito que ele vai ficar feliz que você e com o seu recado. Só uma pequena*
709 *observação e dizer sempre que é saudável, que essas divergências, essas discussões*



710 apenas enriquecem. Logicamente que aqui não existe adversário, todos nós estamos no
711 mesmo lado e com a mesma missão que é lutar para a preservação ambiental. Quero
712 parabenizar a Isabela pela explicação, pelos esclarecimentos que eu acredito que
713 foram bem pertinentes com relação ao entendimento que o Dr. Mauro e o Ministério
714 Público firmaram na última reunião de que realmente a invalidação da licença no
715 momento se trata de uma má interpretação do empreendedor.” – Edécio Ferreira –
716 Representante FAEMG – Fez uma solicitação: “Presidente, aproveitando que nós
717 estamos nas cerâmicas aqui, eu gostaria de solicitar aos nossos colegas conselheiros
718 que aquela ideia do Dr. Roberto, sobre as cerâmicas, aquele problema do não
719 cumprimento das condicionantes. Já que vai haver avaliação das normas, uma revisão
720 das normas, que isso fosse posto lá para ser apreciado. Eu acho que é um ganho para
721 todos nós. Nós não temos que ficar flexibilizando para facilitar não, mas nós podemos
722 em alguns casos fazer com que a punição caia no tempo da vigência da licença e até na
723 punição pecuniária que é onde é ouvido e todos os empresários estão no bolso. Aplicou
724 a punição pecuniária ali são algumas condicionantes, por exemplo: deixou de entregar
725 no prazo uma análise. Eu acho que deveria ser punido pecuniariamente e não ser esse
726 o motivo pelo indeferimento da licença, desde que tenha cumprido. Se não apresentou,
727 aí sim não pode ter dó. Indeferimento pronto e acabou. Eu queria só fazer uma
728 ressalva. Vocês elogiaram muito o Dr. Mauro aqui e de fato acredito que todos nós
729 tenhamos pelo Mauro nesse um ano que ele está conosco aqui uma afeição muito
730 grande pelo trabalho sério e responsável que ele tem feito. Agora, tudo isso, ao meu
731 entendimento, foi facilitado porque ele achou um ambiente propício aqui. Ele achou,
732 conselheiros, aqui que debatem com ele de alto nível, com respeito. Não vou nominar
733 nenhum não, mas nós temos um conselho aqui que propiciou ao Mauro um campo fértil
734 para que o trabalho dele fosse desenvolvido. Vou parabenizar não só o Mauro, mas
735 todos os conselheiros que estão aqui presentes, porque acredito que essa URC na
736 medida do possível tem feito um trabalho excepcional, porque todos aqui são
737 abnegados. Dedicados a causa. Acredito que a maioria que está aqui não tem qualquer
738 tipo de remuneração dos entes que representam, estão aqui por convicção. Mais uma
739 vez, o Mauro soube aproveitar desse campo fértil e está desenvolvendo um trabalho
740 maravilhoso. Maravilhoso. Eu sou testemunha da boa vontade dele. É duro, é
741 inflexível? muitas vezes sim porque está restrito ao cumprimento da legislação, mas ele
742 ouve, ele pondera o posicionamento. Nós temos por ele um grande carinho e respeito,
743 especialmente.” - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São
744 Francisco – Após as discussões, colocou em votação o item 9.1 da pauta - Cerâmica
745 Arco Iris e o **PROCESSO foi APROVADO** conforme o parecer da SUPRAM. – **Item**
746 **9.2. Frigorífico Alto São Francisco Ltda. - Abate de animais de médio e grande**
747 **porte (suínos, ovinos, caprinos, bovinos, equinos, bubalinos, moares, etc.). -**
748 **Bambuí/MG - PA/Nº 01462/2002/003/2011. - Classe 3 - Apresentação: Supram**
749 **ASF. - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –**
750 **“Houve solicitação de vistas pela FAEMG, CREA e FEDERAMINAS.” – Item 10.**
751 **Processo Administrativo para exame de Adendo a Revalidação da Licença de**
752 **Operação: 10.1 Companhia Siderúrgica Nacional CSN - Lavra a céu aberto ou**
753 **subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento - Arcos/MG - PA/Nº**
754 **00174/1986/013/2011 - DNPM 3425/1960 - APEF Nº. 00591/2012 - Classe 6 -**
755 **Apresentação: Supram ASF. - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC**
756 **Alto São Francisco** – “Já foi deliberado então, nós encerramos a deliberação dos
757 processos.” - **Item 11. Apresentação de Minuta de Deliberação Normativa, em**



758 **discussão no Plenário do COPAM, que estabelecerá o novo Regimento Interno do**
759 **Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM. Apresentação: Supram ASF. -**
760 **Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –** Informou
761 que seria feita a apresentação da minuta que vai estabelecer o Regimento Interno do
762 COPAM. – Paula – SUPRAM – ASF – “*Senhores conselheiros, dando seguimento às*
763 *colocações que já foram feitas, que a SEMAD vem realizando alterações em várias*
764 *normas que são muito antigas, que estão muito desatualizadas. Um dos trabalhos que a*
765 *SEMAD está fazendo é a revisão da DN 30 e a atualização dessa Deliberação para*
766 *compor uma Minuta de Regimento Interno dos Conselhos de forma mais atualizada*
767 *conforme as novas legislações. A DN 30 é de 98. Ela se refere a várias normas que já*
768 *foram revogadas e outras normas que estão vigentes. Essa Minuta vai revogar a DN 30*
769 *e foi apresentada no plenário do COPAM no dia 21 de março. A pedido das*
770 *representatividades dos que estavam no plenário e também cancelado pelo secretário*
771 *foi uma solicitação que nós encaminhásemos isso para todas as Unidades Regionais*
772 *Colegiadas para que elas tomem conhecimento de tudo que está acontecendo. Também*
773 *posso enviar as suas contribuições nesse momento em que nós estamos fazendo as*
774 *modificações. Só para destacar que nessa reunião no plenário, a minuta foi pedida as*
775 *ONG's, a FAEMG, a FIEMG e a Procuradoria Geral de Justiça pediram vistas da*
776 *minuta para fazer as contribuições de forma mais detalhada. Pode passar. Quem vai*
777 *julgar e aprovar a minuta da DN é o plenário. Nós estamos apresentando nas Unidades*
778 *Regionais Colegiadas com a finalidade que vocês, através das representatividades*
779 *possam estar encaminhando as sugestões para o plenário fazer a deliberação. O*
780 *Regimento Interno é um ato de caráter normativo que estabelece o regulamento e*
781 *funcionamento do COPAM. Nessa minuta nós vamos ver a finalidade do COPAM, as*
782 *competências do COPAM, a organização, a estrutura das Unidades Colegiadas, a*
783 *composição e os órgãos seccionais de apoio. Pode passar. Como eu já havia falado.*
784 *Nós cativamos para estar elaborando essa minuta, justamente a revisão da DN 30 que*
785 *até então nós trabalhávamos com normas mais antigas, mas como ela é de 98 nós*
786 *tivemos a Lei Delegada e o Decreto que são de 2007, que precisam ser incorporados na*
787 *nova minuta. Pode passar. A metodologia que a SEMAD está utilizando é o*
788 *levantamento das contribuições internas e externas, nesse momento as contribuições*
789 *internas nós estamos contribuindo muito pouco, porque já foram feitas várias reuniões*
790 *internas e as contribuições externas estão sendo trazidas depois da reunião de março.*
791 *Nós já levamos, nós já estamos no momento de contribuição externa. Assim que todas*
792 *as contribuições forem fechadas nós vamos ter a elaboração da minuta de fato e o*
793 *repasso dessa minuta às estruturas descentralizadas do COPAM. Não só o plenário vai*
794 *fazer as contribuições, mas as estruturas, as câmaras temáticas, as Unidades Regionais*
795 *Colegiadas, Câmara Normativa Recursal. Todo mundo vai ter uma oportunidade de*
796 *fazer uma contribuição nesse novo regimento interno. Como eu já disse, o plenário vai*
797 *ser responsável pela aprovação do regimento interno. No Capítulo 1 nós temos essas*
798 *posições preliminares. Nós falamos o que é o COPAM. No Capítulo 2 a finalidade e*
799 *competências. No Capítulo 3, da organização do Conselho. O que traz de diferente esse*
800 *Capítulo 3 para nós que até então ainda não tinha, é justamente uma explicação das*
801 *Unidades Regionais Colegiadas, do papel das Unidades Regionais Colegiadas. Até*
802 *então havia algumas pessoas confundiam, onde que é o plenário, onde é a Unidade*
803 *Regional Colegiada, quem tem que votar? Então, ele estabelece competências claras*
804 *para cada um, para cada composição do Conselho de Política Ambiental. Pode passar.*
805 *A Secretaria Executiva é Unidade de Apoio. A Secretaria Executiva do COPAM é o*



806 *Secretário-Adjunto de Meio Ambiente, que hoje é o Dr. Danilo, com o apoio da*
807 *Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada que é a subsecretaria*
808 *onde a SUPRAM está vinculada. Na Unidade Regional Colegiada, o Secretário*
809 *executivo é o Superintendente e também, além de todas essas novidades o novo*
810 *regimento interno vai falar também da COPAS. Vai unificar e proceduralizar as*
811 *reuniões da comissão paritária. Sendo que o superintendente também é o Secretário*
812 *Executivo por cada COPA da sua regional. Pode passar. A Coordenação técnica e*
813 *jurídica das câmaras temáticas do plenário, da Câmara Normativa Recursal e das*
814 *Unidades Regionais Colegiadas é feita pela SEMAD através da DICALC, que é a*
815 *Diretoria de Apoio as Unidades Regionais e ao Conselho. A Coordenação de Apoio*
816 *Técnico e Jurídico das Comissões Paritárias ficam a cargo da Superintendência*
817 *Regional. Todo o trabalho de organização de pauta, publicação de pauta que hoje é*
818 *feita pela SEMAD, no âmbito da Unidade Regional Colegiada, no âmbito da COPA, ele*
819 *vai ser feito todo pelas SUPRAM's. A SEMAD vai prestar apoio logístico às Câmaras*
820 *Temáticas também com o apoio da Subsecretaria de Regularização competindo o apoio*
821 *técnico e jurídico a FEAM, quando for a Câmara de Energia e Mudanças Climáticas, a*
822 *Câmara de Indústria, Mineração e Infraestrutura e a Câmara de Instrumentos e Gestão*
823 *Ambiental. Ao IEF vai prestar o apoio técnico e jurídico a Câmara das Atividades*
824 *Agrosilvopastoris e a CPB que é a Câmara de Proteção a Biodiversidade de Áreas*
825 *Protegidas. Quanto à reunião do COPAM e das estruturas colegiadas ficou bem*
826 *próximo do que nós executamos hoje na SUPRAM Alto São Francisco. É bem a cara da*
827 *nossa reunião que está sendo levada para a minuta de Regimento Interno. Tem algumas*
828 *regionais que isso ainda não acontece. Há uma agilização quando nós fazemos a*
829 *leitura toda da pauta. O que foi levado para a minuta foi bem próximo do que nós*
830 *exercemos aqui hoje. Primeiro. Foi mantido o Código de Instalação composto por 10*
831 *conselheiros mais 1. As reuniões ordinárias e extraordinárias vão ter uma numeração*
832 *sequencial. A convocação tem que ser feita com 10 dias de antecedência para a reunião*
833 *ordinária e para a reunião extraordinária com 5 dias de antecedência. Um*
834 *procedimento que mudou e vai afetar bastante a SUPRAM é em relação ao prazo*
835 *regimental para nós disponibilizarmos os pareceres. Antes o prazo regimental era de 5*
836 *dias, a pedido do conselho em um acordo de cavalheiros nós fazíamos isso com 10 dias.*
837 *Nessa nova minuta foi fixado os 10 dias. Não tem. Se for aprovado a SUPRAM não vai*
838 *poder ficar encaminhando processos dentro do prazo regimental de 5 dias. O prazo de*
839 *10 dias foi fixado. Está sendo fixado nessa minuta. O calendário do ano seguinte tem*
840 *que ser aprovado sempre na última reunião do ano anterior. Nós não podemos esperar*
841 *a primeira reunião para ficar definindo. Nós já temos que começar a pensar no*
842 *planejamento do ano seguinte na última reunião do ano. As reuniões continuam sendo*
843 *gravadas com exceção das reuniões das COPAS que já não são gravadas, elas*
844 *permanecem. No conselho nós permanecemos como nós estamos e as reuniões das*
845 *COPAS não vão ser gravadas. Essa é a proposta. O que mudou na estrutura foi a*
846 *questão dos Assuntos Gerais, porque muitas vezes assuntos importantes que eram*
847 *discutidos nos Assuntos Gerais ficavam no final da reunião. Nós não tínhamos o*
848 *número de conselheiros considerável, mas tendo em vista que muitos precisam sair, têm*
849 *outros compromissos e o público também, então, muito do que se era discutido ficava*
850 *num nível de conhecimento muito restrito. A proposta é que os Assuntos Gerais sejam*
851 *feitos no último Comunicado dos Conselheiros para que todo mundo passe a ter*
852 *conhecimento dos assuntos que são discutidos no final de denúncias, enfim, do que era*
853 *colocado nessa parte. Pode passar. Da discussão da pauta. Como eu falei, vai ficar*



854 muito próximo do que nós executamos aqui hoje. Os processos podem ser julgados em
855 bloco, admitindo-se um ponto, um destaque no ponto da pauta específica. Como já vem
856 sendo feito aqui pela SUPRAM as outras, por essa URC as outras URC's também vão
857 ter que fazer da mesma forma. A leitura completa da pauta. Havendo destaque ou
858 pedido de vistas nós já manifestamos. Pode passar. Os itens destacados vão sendo
859 colocados em julgamentos conforme a numeração, conforme eles estavam como são
860 pautados. Nós não vamos realizar a inversão da pauta ao menos que haja algum
861 interesse de algum conselheiro e que seja aprovado por todo o conselho. Os itens
862 destacados referentes aos processos de regularização ambiental, a apreciação e a
863 votação de indeferimento ou deferimento deve preceder a discussão e sugestão de
864 inclusão, exclusão ou alteração de condicionante, ou seja, nós votamos o processo
865 antes e as condicionantes depois, as propostas de alteração e inclusão de condicionante
866 depois. Os conselheiros. Além de comparecer às reuniões, debater a matéria, enfim,
867 eles podem requerer a informações, providências e esclarecimentos ao Presidente e o
868 Secretário Executivo como forma de diligência, porém quem vai resolver sobre
869 diligência é o Presidente. Nessa nova proposta, quando um conselheiro pedir a baixa
870 em diligência, o Presidente vai esgotar todas as possibilidades de nós votarmos aquele
871 processo naquele dia e ele mesmo vai definir se baixa ou não em diligência a partir das
872 explicações dadas pela equipe técnica, pela empresa, enfim, pelas contribuições dos
873 outros conselheiros. Propor as questões de ordem. As questões de ordem nesse caso são
874 específicas às dúvidas quanto ao regimento interno. Se houver, durante a votação
875 qualquer dúvida em relação a organização da reunião ou ao regimento interno que nós
876 estejamos agindo de forma contrária, o conselheiro também pode propor alguma
877 questão de ordem, pedir vista da matéria, apresentar relatórios e pareceres nos prazos
878 justificados, nos prazos fixados. Isso aqui é outra coisa que mudou, porque os
879 conselheiros podiam apresentar o relatório de vistas até no momento da reunião.
880 Agora, eles vão ter que depois da reunião acabada, finalizada a reunião vão ter 15 dias
881 para apresentar os relatórios de vistas para que nós consigamos disponibilizar nos 10
882 dias antes da reunião posterior. É uma proposta de alteração também." – Francisco de
883 Assis Braga – Representante ABES – Solicitou informações: "No caso de não
884 apresentação o processo vai para pauta sem o parecer de quem pediu a vista, certo?
885 Normalmente vai perder o prazo é isso?" – Paula – SUPRAM – ASF – Respondeu:
886 "Sim. Perdido o prazo do relatório de vistas o processo, obrigatoriamente tem que ser
887 pautado na próxima reunião e vai ser pautado sem a consideração do conselheiro que
888 tem que ser por escrito e nesse prazo, depois, é como se nós tivemos, se o processo que
889 vocês pediram vistas hoje. Teria que apresentar a vistas dele em 15 dias para nós
890 disponibilizarmos em 10 dias para que todos os conselheiros tivessem acesso e
891 pudessem trazer contribuições para as discussões. É isso mesmo. Votar, respeitada as
892 abstenções quando o conselheiro tiver impossibilitado de votar naquele processo e
893 devendo apresentar a justificativa no caso de voto contrário. Votou contrário ao
894 parecer tem que justificar o por quê de estar sendo, porque foi contrário. Propor
895 moções e observar as regras básicas de convivência de decoro." – Anaximandro –
896 Representante PUC Minas – Ressaltou: "Foi um pedido que eu fiz ao nosso Ouvidor
897 Ambiental do Estado, Dr. Eduardo quando aqui estive e pude reiterá-lo ao nosso
898 Secretário de Estado quando da posse do Comitê da Bacia Hidrográfica que era um
899 regimento interno para a nossa reunião. Por isso eu esperei para falar só agora. Paula,
900 gostaria de sugerir que vocês fossem nesse debate. Muito embora todos respeitemos as
901 regras básicas de convivência e decoro, a experiência nos mostra que, ao contrário de



902 hoje, muitas vezes algumas discussões se arrastam infinitamente com uma simples
903 repetição dos mesmos argumentos impedindo que a reunião caminhe para o seu final e
904 muita vezes atrasando o trabalho de todos nós. Gostaria de sugerir que m colocadas
905 regras de manifestação com réplica e tréplica. Algumas regras nas nossas
906 manifestações. Que nós tivéssemos tempo limitado, porque as vezes nós ficamos
907 discutindo, discutindo, repetindo o mesmo assunto e a reunião não anda. Gostaria que
908 você levasse isso para essa reunião, para que nós pudéssemos ter uma celeridade
909 maior nas nossas reuniões.” – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de
910 Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Solicitou: “Você fez um complemento
911 para o inciso 3 do artigo 24 de que esclarecimentos e pedidos ao Secretário Executivo
912 tem que ter aprovação do Presidente. Só que aqui na minuta não tem isso. Se é dessa
913 forma eu sugiro que seja completado esse inciso 3 aqui, porque senão depois vai gerar
914 polêmica.” – Paula – SUPRAM – ASF – Esclareceu: ““As considerações, como elas
915 estão sendo gravadas, eu encaminho tudo também para a Diretoria Técnica Normativa
916 que está coordenando os trabalhos dessa minuta. Lembrando também e eu peço a todos
917 que encaminhem essas sugestões para a representatividade de cada um no plenário,
918 porque lá é um momento também da votação, da deliberação, fá foi pedido vistas. Nós
919 encaminhamos também, mas se puder reforçar é sempre bom. Em relação à ausência
920 dos conselheiros houve uma modificação também, que a ausência do titular ou suplente
921 por 2 reuniões consecutivas ou 4 alternadas implicará automaticamente na suspensão
922 das atribuições como conselheiro por 3 meses. Antes nós tínhamos 3 reuniões
923 consecutivas e 5 alternadas. A SEMAD está reduzindo e colocando isso um pouco mais
924 rigoroso, sendo um pouco mais rigoroso.” – Francisco de Assis Braga – Representante
925 ABES – Perguntou se as ausências com justificativa seriam abonadas. – Paula –
926 SUPRAM - ASF – Respondeu que com justificativa as faltas seriam abonadas. – Não
927 identificou – Solicitou que fosse colocado nas normas. – Anaximandro – Representante
928 PUC Minas – Fez uma sugestão: “Nós estamos com o mandato prorrogado. Outra
929 questão que nós poderíamos tratar nisto também é sobre a eleição. Eu acho que esse
930 número se zeraria no caso de mandato prorrogado. Fica como um tom de ressalva,
931 porque nós estamos com mandato prorrogado. Você não pode faltar mais. A entidade
932 perde. Se o mandato for prorrogado você zera e começa a contar esse número a partir
933 da prorrogação.” – Não identificou – “Ele não está citando se é no mandato inteiro ou
934 se é anual. Nós teríamos que explicar também se seria anual ou se seria o mandato
935 todo.” – Não identificou – “Anual? Anual e justificado. Não sei se a intenção de quem
936 escreveu é 2 faltas num mandato inteiro. Tem que ver isso aí.” – Marcelo Guimarães –
937 Representante IBAMA – Indagou: “No caso da ausência justificada também não fala?”
938 – Não identificou – Respondeu: “Nesse caso, é ausência não justificada. As ausências
939 justificadas não são computadas no caso de suspensão.” – Dirceu Costa –
940 Representante CODEMA Pains – Sugeriu em relação às Câmaras Temáticas se não
941 caberia uma de Educação Ambiental. – Não identificou – Respondeu ao conselheiro que
942 poderia ser uma proposta. “Pode ser uma proposta para nós levarmos. Essas Câmaras
943 já foram criadas há algum tempo através do Decreto. Nós podemos levar isso a
944 discussão do Presidente do plenário também para criar uma câmara específica para a
945 educação ambiental. Nós teríamos que avaliar bem o objetivo dela, para que essas
946 reuniões seriam feitas, qual seria o objetivo ambiental da Câmara de Educação
947 Ambiental deliberar, como as outras, deliberar questões de normas, de vigência, enfim,
948 no âmbito do processo de licenciamento, porque as outras câmaras já tem isso muito
949 bem definido. Elas deliberam sobre assuntos de nosso interesse que ajudam no



950 processo de regularização ambiental e que são referentes a aqueles sistemas
951 específicos. Uma minuta de uma DN sobre mudança, energia, mudança climáticas são
952 debatidas no âmbito dessas câmaras. Nós teríamos que especificar também qual que
953 seria o objetivo dessa câmara. O objetivo da criação dessa câmara mesmo, mas nós
954 podemos estar levando tudo como proposta.” – Francisco de Assis Braga –
955 Representante ABES – Salientou: “Eu quero fazer coro ao Dirceu aqui. Eu acho que a
956 educação ambiental tudo depende de mudança de comportamento do ser humano. Se
957 não mudar o comportamento nem legislação nem nada, fiscalização vai fazer com que
958 a coisa mude. Nem doendo no bolso também não vai fazer tanto assim não. É de
959 extrema importância essa câmara e há uma Diretoria na SEMAD de Educação
960 Ambiental. Eu acho que para nós sermos coerentes seria interessante, acho que vai ter
961 que reverter a lei que criou o COPAM para poder acrescentar uma câmara para poder
962 permitir que ela exista. Tem que mudar a legislação e não só o regimento aqui para
963 poder criar. Eu acho que é uma sugestão muito boa. Nós temos realmente que estar
964 comunicando que o CIEIAS não tem, eles estão inócuos, não têm função nenhuma e
965 eles estão ligados mais ou menos direto a Diretoria de Educação Ambiental da
966 SEMAD. Eu acho que é uma área que nós estamos pecando bastante de formação e
967 informação dos cidadãos e do empreendedor acerca da sua responsabilidade sócio-
968 econômico-ambiental. Nós precisamos fazer isso para melhorar muito isso. Eu acho
969 que reforça aqui. Nós podíamos levar essa ideia. Vocês que vão participar da reunião
970 lá, criar uma e começar a fortalecer a parte de educação e informação ambiental.” –
971 Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de
972 Três Marias – Fez uma sugestão: “Dentro desse artigo 25 da ausência, eu gostaria de
973 sugerir para a SUPRAM que, quando justificada a ausência de uma determinada
974 entidade/membro ou informação de que não comparecerá o titular, que a SUPRAM
975 cuide de informar a entidade suplente, porque realmente, às vezes, nós nem sabemos
976 quem é o suplente nosso. É outra entidade. Nós, às vezes, não temos contato lá. Seria
977 muito interessante para manutenção de quórum até para o próprio funcionamento do
978 COPAM.” – Paula – SUPRAM – ASF – Respondeu: “No próprio artigo, Roberto, 25 no
979 parágrafo 2º ele fala que a Secretaria Executiva tem que comunicar a entidade
980 responsável a ausência não justificada do seu representante, seja titular ou seja
981 suplente e alertá-la da aplicação dessa penalidade de suspensão do direito de exercício
982 como conselheiro.” – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do
983 Entorno da Represa de Três Marias – “Está aqui, mas eu estou dizendo que no
984 momento, atualmente isso não é feito. Nós não precisamos esperar novo regimento. Eu
985 acho que isso deveria ser uma prática comum dos COPAM’s ou das SUPRAM’s de
986 municimar. Também fiquei com uma dúvida aqui. O seguinte: aqui fala, ausência do
987 conselheiro titular ou suplente. O suplente não tem que estar aqui. O titular estando
988 presente o suplente não pode ser penalizado. – Não identificou – Respondeu: “É um ou
989 outro. Ausente um ou outro.” – Não identificou – “Quando da não presença do titular,
990 ausência do suplente então. Eu acho que isso tinha que ficar mais claro.” – Paula –
991 SUPRAM - ASF – Continuou: “Quanto ao voto dos conselheiros terá direito a voto e
992 ao assento a mesa o conselheiro titular e na ausência dele um dos conselheiros
993 suplentes. Cabe, além do voto do Presidente, cabe ao Presidente também o voto de
994 qualidade que é o voto de minerva. Numa questão de empate o Presidente desempata.”
995 – Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Pediu esclarecimentos: “No caso
996 de voto. Vamos supor que tenha um assunto de interesse do meu suplente. Nós podemos
997 estar os dois participando da reunião e eu abrir mão da minha fala e passar para ele o



998 voto para ele votar no meu lugar?” – Paula – SUPRAM - ASF – Respondeu que sim.
999 “Pode. O regimento atual já permite isso. Aqui não fala isso, mas já é uma prática já.
1000 Em relação ao tempo que o Anaximandro colocou também. A minuta já propõe que
1001 cada conselheiro vai dispor de um prazo de 10 minutos para se manifestar prorrogáveis
1002 aos critérios do Presidente para debater a matéria, enfim, inclusive para apresentar o
1003 relato de vistas sobre o assunto.” – Não identificou – “Nós estamos discutindo uma
1004 coisa muito importante. Não pode deixar. Estava falando com o Dirceu aqui, talvez seja
1005 interessante colocar isso daqui. Pode ter a presença dos dois e o titular pode abrir a
1006 palavra para o Suplente participar em um determinado processo, porque isso não está
1007 escrito ali. Não está escrito. Não podemos subentender que isso possa ser feito.” –
1008 Camilo de Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS – Informou que o
1009 entendimento já havia na votação do COPAM-ASF. “Por exemplo. Dr. Roberto foi meu
1010 suplente quantos anos Dr. Roberto? Cinco anos e nós dois nunca faltamos a uma
1011 reunião. Toda reunião que ele precisava manifestar ele falava e a votação era normal.
1012 Eu acho que é questão de consenso entre os conselheiros.” – Paula – SUPRAM – ASF
1013 – Respondeu: “Já há esse entendimento em que o conselheiro, o titular e o suplente
1014 negociam a fala. Lembrando que o direito ao voto, mas é importante nós deixarmos
1015 isso escrito, especificado em algum lugar uma vez que nós já estamos trazendo de
1016 forma bastante detalhada. A DN 30 era muito curta, alguns assuntos realmente ficavam
1017 pendentes, ficavam gerando dúvida e agora ela está trazendo isso de forma bem
1018 detalhada.” – Dirceu Costa – Representante CODEMA Pains – “Com relação a pedidos
1019 de vistas, às vezes, o suplente tem interesse de pedir vistas do processo, de baixa em
1020 algum processo. Talvez o suplente ou o titular tenham pensamentos diferentes para não
1021 gerar conflito uma vez estando inscrito.” – Paula – SUPRAM – ASF – Respondeu ao
1022 conselheiro: “Dirceu, só lembrando que o pedido de vistas, apesar do suplente estar
1023 presente na reunião, o pedido de vistas tem que ser feito por quem está compondo a
1024 mesa. Se o conselheiro suplente requer vista é importante que ele faça isso em comum
1025 acordo com a pessoa que tem acento à mesa para que ela concorde e peça a vista por
1026 ele. Como eu expliquei a questão da diligência vai ser discutida e exaurida na reunião
1027 cabendo ao Presidente deliberar sobre a pertinência sobre o pedido de baixa em
1028 diligência ou não. A decisão agora fica a critério do Presidente. A questão de ordem
1029 também que é um item novo que está sendo proposto nessa minuta. Não tinha até então
1030 na DN 30. O pedido de vistas. Quando a solicitação do membro, do COPAM de
1031 apreciação de matéria em pauta com intervenção de sanar a dúvida ou apresentar a
1032 proposta de decisão alternativa, nesses casos, que as vistas vão ser concedidas devendo
1033 resultar na apresentação do relato, como falei, em 15 dias após a reunião para que nós
1034 consigamos disponibilizar no site para os demais conselheiros. A vistas pode ser pedida
1035 mais de uma vez desde que não haja o saneamento da dúvida ou da solicitação a que o
1036 conselheiro requereu a vista.” – Francisco de Assis Braga – Representante ABES –
1037 Pediu esclarecimentos: “O pedido de vistas por um conselheiro uma vez só, mas pode
1038 ser pedido por outro uma segunda vez?” – Não identificou – Respondeu que pode. –
1039 Isabela – SUPRAM ASF – Esclareceu: “O entendimento é de que poderia caso tenha
1040 fato novo ou que gere nova dúvida, poderia sim.” – Paula – SUPRAM – ASF –
1041 “Poderia ser pelo mesmo. Em relação às moções. O Conselho pode se manifestar
1042 através de uma moção quando se tratar de uma matéria dirigida ao Poder Público, a
1043 Sociedade Civil em caráter de alerta, reivindicação, comunicação honrosa ou
1044 pesarosa. A moção vai servir para esses casos específicos. O Capítulo 4 já fala das
1045 estruturas, das reuniões, das estruturas colegiadas do COPAM. Define regras para as



1046 reuniões conjuntas e para os grupos de trabalho. Por exemplo, se for uma solicitação
1047 que o COPAM faça uma reunião conjunta com o CRH para deliberar sobre um assunto
1048 que é de comum, em comum acordo com os dois, existem regras para que seja feito,
1049 para as representatividades que vão compor também, porque a reunião ao invés de 20
1050 conselheiros ela vai ter 40 conselheiros e cada um, mesmo representando uma mesma
1051 entidade vai ter direito ao seu voto. Supondo que a ABES tenha acento no CRH e tenha
1052 acento no COPAM. Se tiverem dois representantes da ABES cada um vai ter o direito
1053 ao seu voto. Ministério Público, FIEMG, FAEMG a mesma coisa. Falo também da
1054 composição do COPAM e também fala do impedimento. Quando um conselheiro será
1055 impedido de votar. Quando ele tem interesse direto ou indireto na matéria. Quando ele
1056 tem vínculo empregatício ou contratual como pessoa física ou jurídica envolvida na
1057 matéria, ou seja, presta algum tipo de serviço ou contrata aquela empresa para prestar
1058 algum tipo de serviço para ele. Tenha participado ou venha participado de algum
1059 procedimento como perito, testemunha ou representante do processo ou cujo o cônjuge,
1060 companheiro, parente, até parente de terceiro grau, esteja em uma dessas situações.
1061 Tanto o conselheiro quando o seu cônjuge, companheiro, parente, enfim, até o terceiro
1062 grau está impedido de votar. Que esteja litígio judicial ou administrativo ou seu
1063 cônjuge ou companheiro que esteja proibido por lei de fazê-lo. A suspensão. Pode ser
1064 qualquer membro do Conselho, da sociedade. Ele pode arguir a suspeita de que o
1065 membro do COPAM está votando com algum tipo de interesse. Caso ele tenha alguma
1066 intimidade com o empreendedor ou com o interessado ou inimizade notória ou seu
1067 cônjuge, companheiro ou parente de terceiro grau. Pode passar. Ele não está impedido,
1068 Francisco. Ele estava vetado, vedado, desculpa de exercer o cargo de conselheiro.
1069 Caso ele presta algum serviço direta ou indiretamente ou de gerência ou de
1070 administração de empresa que tenham como objeto o desenvolvimento de estudos que
1071 subsidiem os processos de regularização ambiental ou que interfira em assuntos
1072 pertinentes a fiscalização, ou seja, consultores. Consultores não podem ser
1073 conselheiros e nem deliberar solicitações de assunto de regularização ambiental. O
1074 Capítulo 7 traz a estrutura dos órgãos seccionais de apoio. O Capítulo 8 vai falar sobre
1075 os recursos e uma novidade que nós temos agora para a estruturação das COPAS é que
1076 o COPAM é a última instância administrativa para resolver, para definir as decisões
1077 das COPAS. Nós já temos até um caso na SUPRAM de processos que já foram para a
1078 COPA. Foram indeferidos. O empreendedor apresentou recursos. Foram indeferidos
1079 novamente e agora nós temos que trazer para o Conselho deliberar. Sendo a última
1080 instância administrativa dessas decisões. As contribuições que os senhores fizeram nós
1081 vamos levar e encaminhar a pauta para a Diretoria Técnica Normativa. Eu reforço a
1082 solicitação de que as contribuições também sejam repassadas para cada segmento, que
1083 tenha representatividade no plenário, principalmente aqueles segmentos que houve
1084 pedido de vistas. Hoje as ONG's, a FIEMG, a FAEMG, a Procuradoria Geral de
1085 Justiça, elas tem em mãos essa minuta. Estão discutindo para que isso seja
1086 encaminhado para essas representatividades para que possam discutir melhor os temas
1087 e colocar as considerações de cada segmento, porque agora é o momento. Nós estamos
1088 discutindo nosso trabalho, o que nós fazemos aqui. Eu peço aos conselheiros que se
1089 manifestem, porque agora é a hora mesmo de fazer as manifestações e de levar as
1090 nossas contribuições para que nós tenhamos um regimento interno claro em que não
1091 haja dúvidas e que nós possamos deliberar sobre todas as matérias com
1092 tranquilidade.”- Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Pediu
1093 esclarecimentos sobre a questão dos exercícios das funções, Artigo 50. “Em qualquer



1094 *das unidades é vedada pessoas que prestam serviços de qualquer natureza ou participe*
1095 *direta ou indiretamente de gerência ou administração da empresa. Não sei. Talvez*
1096 *tenha que colocar mais claro aqui, que quem atua como consultor ambiental não pode*
1097 *ser membro do COPAM. Eu até fiquei na dúvida. No caso específico nosso aqui, que*
1098 *nós temos como pessoas, mas eu tive uma dúvida no caso do Alexandre, por exemplo. O*
1099 *Alexandre é o suplente da FIEMG. Ele não é consultor ambiental?” – Paula –*
1100 *SUPRAM ASF – Respondeu: “Dr. Alexandre trabalha para a CSN, ele não presta*
1101 *serviço de consultoria. Ele não assina os estudos ambientais.” – Não identificou –*
1102 *Respondeu que estava esclarecido, mas tinha dúvida. “Mas essa questão aqui é uma*
1103 *questão bastante delicada. Na hora de vocês lá, não sei quem vai olhar, mas na hora de*
1104 *nomear quem é o representante a mandar na instituição tem esse mandado aqui para*
1105 *ver o que a pessoa atua. O que ela exerce em termo de profissão. Essa questão aqui*
1106 *também deveria ser considerada no caso do Comitê de Bacias. É uma questão que nós*
1107 *precisamos olhar. A relação que a pessoa tem na sociedade, porque na verdade ele não*
1108 *pode votar em cima de uma coisa que ele mesmo delibera.” – Paula – SUPRAM ASF –*
1109 *Esclareceu: “Essa minuta de regimento está sendo discutida também para o CRH,*
1110 *Francisco. Possivelmente nós vamos ter alguma novidade em breve. Só para comunicá-*
1111 *los também, o IGAM agora que dá o apoio a esses comitês e que organiza essas*
1112 *reuniões. A Daniela que era nossa Assessora Jurídica que até então estava na Chefia*
1113 *de Gabinete, foi convidada para ser vice-diretora geral do IGAM, está trabalhando*
1114 *junto com a Dra. Cleide e todos os nossos anseios em relação aos próprios comitês,*
1115 *estruturas de comitês, reuniões, em relação também aos procedimentos de outorgas ela*
1116 *já está fazendo um apanhado, inclusive, já está entrando em contato comigo, com as*
1117 *pessoas da SUPRAM que trabalham diretamente nessa área para poder fazer um*
1118 *apanhado geral das necessidades, da sociedade em estar atendendo, para que o IGAM*
1119 *atenda a sociedade também de forma satisfatória.” – Não identificou – Solicitou*
1120 *esclarecimentos: “A pessoa que é consultora ambiental não pode atuar no processo ali*
1121 *da empresa ou de forma alguma?” – Não identificou – Respondeu que não. “Ele não*
1122 *pode atuar como conselheiro.” – Anaximandro – Representante PUC Minas –*
1123 *Esclareceu ao conselheiro Dirceu: “A interpretação que eu dei é a seguinte. Se você for*
1124 *sócio de uma empresa de consultoria ambiental você não pode ser conselheiro. Se você*
1125 *for sócio de uma empresa de consultoria ambiental ou tiver a sua empresa, você não*
1126 *pode atuar como conselheiro. Agora, se eventualmente o professor Francisco, que é*
1127 *perito, é nomeado perito num processo, naquele processo ele se torna impedido. É*
1128 *diferente. A atividade fim dele não é consultoria ambiental. Eu sou advogado. Eu não*
1129 *advogo na área ambiental. Até para não ter nenhum problema de impedimento quanto*
1130 *a isso, mas se, por ventura, tenha um processo de alguém porque eu advoguei por*
1131 *algum motivo, trabalhista, civil, tributária ou o que seja, naquele processo eu me torno*
1132 *impedido. É diferente.” – Não identificou – “Quem presta serviço de consultoria,*
1133 *mesmo não sendo sócio da empresa, mas faz trabalhos referentes aos trabalhos*
1134 *solicitados na regularização ambiental, eles também não vedados de serem*
1135 *conselheiros. Quem assina estudo de caráter ambiental também não pode ser. Mais*
1136 *alguma dúvida? Eu vou levar todas as sugestões, tudo que foi discutido para a*
1137 *Diretoria Técnica Normativa e espero as contribuições também de cada um para a*
1138 *discussão do plenário.” - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto*
1139 *São Francisco – Solicitou: “Senhores conselheiros, vou pedir aos senhores que caso*
1140 *tenham interesse encaminhem e-mail para Paula com as possíveis conclusões,*
1141 *sugestões. Não só referente ao Regimento, mas também a alteração da DN 74. Retomar*



1142 *essa discussão, isso vai ser votado em Plenário. Não sei se a DN 74 vai passar, vai ser*
1143 *votada nas URC's. Eu não tenho essa informação, mas de qualquer jeito discutida ela*
1144 *vai ser. Nós temos a oportunidade de fazer nossas contribuições.” – Francisco de Assis*
1145 *Braga – Representante ABES – Afirmou: “O que nós falamos aqui já ser de*
1146 *contribuição, não precisa mandar segunda vez não? Uma outra dúvida que eu tenho.*
1147 *Até gostaria que o Dr. Leandro se manifestasse também nesse caso, a questão de AAF,*
1148 *parece que o Ministério Público tem processo, não sei como é que fala, com relação a*
1149 *validade da constitucionalidade ou não do que Minas Gerais prevê em termos de*
1150 *Autorização Ambiental do Funcionamento. Eu não sei como que é isso. Se seria revisto*
1151 *agora na avaliação da DN 74. Se permanece essa ideia de AAF. Não sei. É uma coisa*
1152 *interessante.” – Leandro Wili – Representante Ministério Público – Respondeu ao*
1153 *conselheiro: “Professor Francisco, o Dr. Mauro, inclusive, está fazendo reuniões e*
1154 *respeito para que via a Procuradoria Geral de Justiça as considerações possam ser*
1155 *feitas. Até para que valha para o estado inteiro. Juntamente com os coordenadores das*
1156 *demais bacias esse assunto faz parte da pauta da reunião, inclusive, dos próprios*
1157 *coordenadores das bacias para que o Ministério Público possa fazer uma posição*
1158 *institucional a respeito do tema. Certamente, não sei se via Procuradoria Geral de*
1159 *Justiça ou via própria Corregedoria do Centro de Apoio Operacional da Promotoria de*
1160 *Meio Ambiente. Não sei qual o órgão que seria responsável por fazer essa interferência*
1161 *junto a Secretaria Estadual. Certamente isso será levado em consideração. Já é pauta*
1162 *como o Dr. Mauro me falou, já é pauta inclusive das reuniões para que haja um*
1163 *posicionamento institucional a respeito da AAF.” – Não identificou – “Só para tentar*
1164 *ajudar a esclarecer, Francisco, é através da Procuradoria Geral de Justiça. O*
1165 *Ministério Público é um dos segmentos que mais tem debatido e questionado as*
1166 *Autorizações Ambientais de Funcionamento. Não é uma posição institucional que a*
1167 *SEMAD não emita, não regulariza mais os empreendimentos através de Autorização*
1168 *Ambientais de Funcionamento. Não é isso. As AAF's, a tendência é que elas*
1169 *permaneçam para algumas atividades que realmente podem ser regularizadas através*
1170 *de AAF. Aquelas atividades mais complicadas como extração de areia, a própria*
1171 *mineração de alguns minerais específicos é que o Ministério Público está trabalhando*
1172 *no sentido de que não haja mais a regularização desses empreendimentos através das*
1173 *Autorizações Ambientais de Funcionamento.” - **Item 12. Assuntos Gerais.** – Marcos*
1174 *Vilela – Representante Grupo AR – Solicitou informações: “Eu gostaria de saber do*
1175 *corpo técnico aqui da SUPRAM em relação àquela denúncia sobre a construção do*
1176 *Hospital Regional aqui de Divinópolis, se foi tomada alguma providência, se alguém da*
1177 *equipe esteve lá para avaliar. Poderia ter alguma resposta sobre isso?” – Paula –*
1178 *SUPRAM - ASF – Respondeu ao conselheiro: “Marcos, nós já havíamos ido até o local*
1179 *para verificar, apurar a denúncia que o senhor tinha feito em relação à degradação*
1180 *realizada, feito no curso d'água pela construção do Hospital Regional. Nós já*
1181 *encaminhamos para a Subsecretaria de Fiscalização. Já foi feita a autuação da*
1182 *Prefeitura Municipal. A Prefeitura está se regularizando o processo de intervenção em*
1183 *APP está sendo analisado pelo Núcleo de Oliveira. A canalização, já pediram a*
1184 *retificação do curso d'água. A construção da tubulação, eles pediram a outorga. A*
1185 *autorização do órgão ambiental para execução.” – Marcos Vilela – Representante*
1186 *Grupo AR – “Eu gostaria, se fosse possível, porque a situação atual lá hoje nós até não*
1187 *assustamos muito. Minha preocupação é quando o hospital entrar em funcionamento.*
1188 *Se fosse feito um projeto e apresentado. Não sei se deveria apresentar aqui na*
1189 *SUPRAM ou ao CODEMA que licenciou o empreendimento. Uma proposta de*



1190 *recuperação daquela área como a sociedade que utiliza aquela água possa participar*
1191 *dando sugestão em relação a esse projeto, porque? O canal, o curso que passa dentro*
1192 *da área do hospital, provavelmente vai ter que ser canalizado para colocar manilha,*
1193 *comportas para fazer limpeza, porque a água de chuva que vai descer, vai escorrer*
1194 *para esse canal. Agora, dos outros trechos do percurso do canal fica totalmente*
1195 *assoreado. Vai ter que, não vai fazer o desassoreamento só no ponto ali próximo do*
1196 *hospital que tem um impacto maior. Esse projeto tem que estender, a recuperação do*
1197 *canal tem que ser em toda a sua extensão. Se fosse possível, existe uma comissão no*
1198 *bairro que utiliza dessa água. Se as pessoas pudessem estar participando poderia*
1199 *entender melhor o que vai ser feito lá.” – Paula – SUPRAM ASF – Respondeu: “É só*
1200 *para lembrar que o empreendimento foi regularizado através do CODEMA. O Pedro,*
1201 *que é o Secretário Municipal de Meio Ambiente, já está sabendo da situação. Inclusive*
1202 *ontem eu tive uma reunião com ele a respeito desses processos de outorga que a*
1203 *prefeitura está solicitando. Já comuniquei a ele também sobre as denúncias que estão*
1204 *sendo feitas em relação ao hospital, mas qualquer projeto, Marcos de recuperação da*
1205 *própria área tem que ser avaliada no âmbito do CODEMA. Realmente, ultrapassa a*
1206 *nossa competência. Nós entraríamos no mérito do empreendimento que é regularizado*
1207 *hoje só através do conselho municipal.” – Marcos Vilela – Representante Grupo AR –*
1208 *Informou ao conselheiro representante do Ministério Público: “Essa denúncia, Dr.*
1209 *Leandro, foi encaminhada para a Procuradoria da Bacia, com o Dr. Mauro lá. Se fosse*
1210 *possível, dentro da disponibilidade, acompanhar essa situação junto ao CODEMA aqui*
1211 *em Divinópolis, porque quando se trata de prefeitura, inclusive aqui em Divinópolis as*
1212 *coisas são mais demoradas e mais morosas e nós precisamos de uma solução mais*
1213 *imediate antes que esse hospital venha funcionar. A situação lá é grave.” – Daniela –*
1214 *SUPRAM ASF – Esclareceu: “Só queria fazer uma observação conselheiro, no dia que*
1215 *nós realizamos a vistoria em conjunto com o senhor, o que nós constatamos não foi a*
1216 *degradação ante a construção do hospital e sim as obras de canalização da prefeitura.*
1217 *A questão do hospital já tinha autorização emitida pelo IEF para fazer uma contenção*
1218 *daquele talude que estava desmontando. O que nós pedimos para o hospital em caráter*
1219 *de mitigação mesmo é um projeto de adequação de águas pluviais mesmo que, quando*
1220 *acontecer a pavimentação aí sim, que o hospital vai poder ocasionar a degradação*
1221 *mesmo e carrear os sólidos para o curso d’água.” – Não identificou – Esclareceu: “Eu*
1222 *até entendo o que você está expondo, mas a situação do serviço de apoio dos taludes*
1223 *que foram construídos lá, deveria ter as medidas mitigadoras dos impactos. No entanto*
1224 *ainda não foi feito. O aterro sempre no período de chuva e conseqüentemente se*
1225 *arrastou por mais de um ano e meio com esse material sendo acarreado para baixo.*
1226 *Foram várias denúncias. Foram várias solicitações através do município e nada*
1227 *resolveu. O dano, o impacto que aconteceu lá não é só questão de drenagem, da*
1228 *estrutura de drenagem do bairro não, está ligado ao hospital, ao aterro que foi feito*
1229 *muito mal compactado sem nenhum sistema de vala de drenagem.” – Dirceu Costa –*
1230 *Representante CODEMA Pains- Solicitou à SUPRAM: “Será que não teria como*
1231 *vocês, não sei, adquirirem alguns equipamentos de aferição e dar uma volta de vez em*
1232 *quando? Porque sinceramente, eu moro em Pains e nós não estamos dormindo direito,*
1233 *não é Mário? Nós assistimos em outras cidades, outros municípios vários problemas*
1234 *ambientais que no “olhômetro” não dá para chegar e ir ali verificar a poluição*
1235 *ambiental, mas se tivesse alguns equipamentos com certeza iria trazer um resultado e*
1236 *ia corrigir muita coisa que anda errado na região. Muitos casos a empresa mesmo faz*
1237 *o automonitoramento. Sei lá como que eles fazem esse automonitoramento. No dia de*



1238 *examinar a caldeira de repente eles colocam uma lenha mais seca. No dia de examinar,*
1239 *sei lá, o efluente, de repente evita algumas atividades. Para chegar mesmo de surpresa*
1240 *de vez em quando é bom para estar verificando mesmo que as empresas estão andando*
1241 *corretamente e pegar aqueles que estão tentando fugir.” – Camilo de Lélis André Melo*
1242 *– Representante FEDERAMINAS – Sugeriu ao conselheiro: “Quando eu fui Secretário*
1243 *de Meio Ambiente aqui de Divinópolis, nós instalamos cinco aparelhos de*
1244 *monitoramento de ar. Era medido toda semana e da mesma forma também nós*
1245 *tínhamos a medição de som. Eu sugiro que o CODEMA de Pains, que tem um órgão*
1246 *diligente e não são aparelhos caros não. Com parceria, inclusive, com as próprias*
1247 *indústrias que elas têm interesse que não pairam dúvidas a respeito das medições que*
1248 *elas estão fazendo e que vocês tenham amparo legal, respaldo legal para fazer essas*
1249 *medições através do CODEMA de lá.” – Dirceu Costa – Representante CODEMA Pains*
1250 *– Respondeu: “Nós já sugerimos a Prefeitura de Pains para adquirir esse equipamento,*
1251 *mas eu estou fazendo essa manifestação aqui não só no sentido do que ocorre no*
1252 *município de Pains, mas sim em outros municípios. Agora nós sabemos, processo*
1253 *eleitoral, os municípios ficam parece que meio amarrados. A partir do momento que*
1254 *passa para SUPRAM a responsabilidade essas questões políticas e outras questões não*
1255 *vão prejudicar o processo.” – Francisco de Assis Braga – Representante ABES –*
1256 *Concordou com o conselheiro Camilo: “Eu concordo plenamente com o Camilo. Eu*
1257 *acho que tem que ter um órgão ambiental municipal, apesar de que nós sabemos da*
1258 *dificuldade também, mas para atuar supletivamente. Se nós formos esperar as coisas do*
1259 *estado. Se há interesse e tudo, realmente tomar a providência, porque ao invés de você*
1260 *ficar falando, você tem dados. Você tem informações que estão ali questionáveis. Quem*
1261 *é que está causando esse problema? A informação está aqui. Tem certeza que tem um*
1262 *problema. É muito bom nós termos dados. Contra fatos não há argumentos.” – Marcelo*
1263 *Guimarães – Representante IBAMA – Sugeriu: “Essa questão é que os municípios que*
1264 *já tem CODEMA, no caso de Pains, seria uma solução viável através do Ministério*
1265 *Público. Os TAC’s tem recursos, inclusive, que vão para as associações de se adquirir*
1266 *esses equipamentos. Seria uma parceria do município com a própria Promotoria da*
1267 *Jurisdição do município.” – Marcos Vilela – Representante Grupo AR – Também*
1268 *sugeriu ao conselheiro: A ARPA - Associação Regional de Proteção Ambiental do Alto*
1269 *São Francisco, abrange o município de Arcos também. A Promotoria de Arcos,*
1270 *recursos de multa, de passivos ambientais e tem uma conta específica de Arcos para*
1271 *poder captar esses recursos e ser revertido lá mesmo na questão de recuperar área*
1272 *degradada e conservar. Esse recurso provavelmente você vai conseguir junto a*
1273 *Promotoria do Meio Ambiente.” – Dirceu Costa – Representante CODEMA Pains –*
1274 *Agradeceu as contribuições dos companheiros. “Já aproveitar contar com a presença*
1275 *do Secretário Municipal de Meio Ambiente de Pains, o Mário. Ele ouviu as explicações*
1276 *dos colegas conselheiros para buscar esses instrumentos. Os municípios têm que*
1277 *assumir mais as responsabilidades mesmo. Eu concordo com vocês. Acaba que é difícil*
1278 *por várias questões, mas é uma forma até de também auxiliar o estado, as entidades*
1279 *estaduais ou em outros âmbitos na fiscalização ali nos cumprimentos das normas*
1280 *ambientais.” - **13. Encerramento.** - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da*
1281 *URC Alto São Francisco – Não tendo mais nada a ser tratado, encerrou reunião às 11*
1282 *horas.*

1283
1284
1285

Danilo Vieira Junior
Secretário-Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
e Presidente da URC/COPAM Alto São Francisco